



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO**  
**CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

SÁSKIA DOS PASSOS DE SOUSA

Distopia em 1984 de Orwell: Mecanismos sócio jurídicos de Controle Social

São Cristóvão (SE)

2018

SÁSKIA DOS PASSOS DE SOUSA

Distopia em 1984 de Orwell: Mecanismos sócio jurídicos de Controle Social

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Miriam Coutinho de Faria Alves.

São Cristóvão

2018

SÁSKIA DOS PASSOS DE SOUSA

Distopia em 1984 de Orwell: Mecanismos sócio jurídicos de Controle Social

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Miriam Coutinho de Faria Alves

São Cristóvão/SE, agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Doutora Miriam Coutinho de Faria Alves

Universidade Federal de Sergipe

---

Professor Edmilson da Silva Pimenta

Universidade Federal de Sergipe

---

Professor Mestre Carlos Eduardo Pereira Siqueira

Universidade Federal de Sergipe

## **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe, Ângela, pelo apoio incondicional neste e em todos os meus projetos.

À Professora Dra. Miriam Coutinho de Faria Alves, orientadora nesta monografia, pelas orientações sempre produtivas, pelas indicações de leituras e autores e principalmente pela dedicação à área acadêmica e à arte que inspira os alunos.

Ao grupo de pesquisa Direito Arte e Literatura – UFS pelo projeto de estudo interdisciplinar do direito que proporciona aos alunos novas perspectivas de interpretação e visão do fazer e estudar o direito.

## RESUMO

A aproximação de Direito e Arte diante da perspectiva crítica desta, permite um olhar para o direito além da sua racionalidade. A Literatura tem se mostrado de grande contribuição nesse estudo interdisciplinar do Direito, oferecendo novas perspectivas ao imaginário jurídico. Assim, o presente trabalho busca analisar as contribuições da obra distópica de George Orwell, 1984, para o direito contemporâneo. Assim, analisam-se aqui os mecanismos de controle social perpetrados pelo Grande Irmão em 1984, partindo da conceituação de controle social e da teoria sobre a atuação do poder na modernidade, tendo como viés a teoria do conflito. 1984 tornou-se um clássico das distopias modernas, haja vista seu poder de gerar um sentimento de inquietação no leitor que se vê dentro da Oceânia, sendo controlado pelo líder do Partido. Demonstra-se aqui que a leitura e interpretação de obras literárias, em especial as distopias, tem grande valia para o estudo do Direito, em razão também da grande proximidade entre esses dois campos do conhecimento. Ambos são narrativas sociais que se expressam através da língua e trazem à baila os contextos sociopolíticos nos quais foram produzidos. Além disso, a teoria literária tem muito a contribuir com o direito, principalmente à sua interpretação. A partir disso, buscando aportes nas teorias desenvolvidas por Michel Foucault sobre o funcionamento do poder e a sociedade disciplinar na Era Moderna, busca-se aqui investigar como poder e direito tornam-se distópicos e como é possível superar o controle implementado. Utiliza-se ainda as contribuições de Gilles Deleuze, que desenvolveu o conceito de sociedade de controle, e Zigmunt Bauman, que contribui com um olhar contemporâneo para a questão do panóptico inicialmente trabalhada por Foucault e Bentham, trazendo conceitos atuais dos mecanismos de vigilância modernos, como o sinóptico. Ao final, é trazida a hipótese de que uma forma de romper com esse controle é a formação da identidade cultural a partir da proteção da cultura, principalmente dos monumentos históricos e lugares de memória, como um meio de instigar os indivíduos a questionar sobre quem são e para onde vão contribuindo para o contexto social presente.

Palavras-chave: controle social, identidade cultural, direito, disciplina

## **ABSTRACT**

The approximation of Law and Art through the critical perspective of this, allows a look at the law beyond its rationality. Literature has shown great contribution in this interdisciplinary study of Law, offering new perspectives to the legal imaginary. Thus, the present work aims to analyze the contributions of the dystopian work of George Orwell, *1984*, to contemporary law. Therefore, it is analyzed here the mechanisms of social control perpetrated by the Big Brother in *1984*, starting from the conception of social control and the theory about the performance of power in modernity, taking as a bias the theory of conflict. *1984* has become a classic of modern dystopias, given its power to generate a sense of uneasiness in the reader within Oceania, being controlled by the Party leader. It is demonstrated here that reading and interpreting literary works, especially dystopias, has great value for the study of law, also because of the close proximity between these two fields of knowledge. Both are social narratives that express themselves through language and bring to light the sociopolitical contexts in which they were produced. Moreover, literary theory has much to contribute to law, especially to its interpretation. From this, seeking contributions in the theories developed by Michel Foucault on the functioning of power and the disciplinary society in the Modern Era, we seek here to investigate how power and law become dystopic and how it is possible to overcome the implemented control. The contributions of Gilles Deleuze, who developed the concept of a control society, and Zigmunt Bauman, contribute with a contemporary look at the panopticon issue initially worked out by Foucault and Bentham, bringing current concepts of modern surveillance mechanisms, as the synopticon. In the end, it is hypothesized that one way of breaking with this control is the formation of cultural identity from the protection of culture, especially from historical monuments and places of memory, as a means of instigating individuals to question who they are and where they contribute to the present social context.

Keywords: dystopia, social control, panopticon, identity, culture

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>DIREITO E LITERATURA: CONTRIBUIÇÕES RECÍPROCAS E RENOVAÇÃO DO ESTUDO JURÍDICO</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>DISTOPIAS E UTOPIAS: FERRAMENTAS PARA ANÁLISE CRÍTICA E RECONSTRUÇÃO DO DIREITO</b>	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>1984 DE GEORGE ORWELL: CONTRIBUIÇÕES PARA REPENSAR O DIREITO ENQUANTO INSTÂNCIA DE EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL</b>	<b>25</b>
<b>4.1</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA A PARTIR DA VIDA DO AUTOR</b>	<b>25</b>
<b>4.2</b>	<b>1984: ANALISANDO A DISTOPIA COMO FORMA DE TRANSFORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO JURÍDICO</b>	<b>26</b>
<b>5</b>	<b>CONTROLE SOCIAL E A MANUTENÇÃO DA ORDEM ESTABELECIDADA</b>	<b>38</b>
<b>5.1</b>	<b>AS TEORIAS DO CONTROLE SOCIAL</b>	<b>38</b>
<b>5.2</b>	<b>O BIPODER COMO FORMA DE CONTROLE SOCIOJURÍDICO</b>	<b>47</b>
<b>5.3</b>	<b>A SOCIEDADE DISCIPLINAR E O PANÓPTICO</b>	<b>51</b>
<b>5.4</b>	<b>A SOCIEDADE PÓS-PANÓPTICA DE BAUMAN E O PANOPTISMO ATUAL</b>	<b>57</b>
<b>6</b>	<b>IDENTIDADE E MEMÓRIA: MODOS DE RESSIGNIFICAR A SOCIABILIDADE HUMANA</b>	<b>64</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>71</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>74</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente monografia busca investigar os mecanismos de controle social na distopia orwelliana *1984* e sua relação com o direito contemporâneo, tendo como referencial teórico os estudos do filósofo francês Michel Foucault sobre a questão do poder. Busca-se aqui analisar as interseções entre o pensamento foucaultiano e o que George Orwell teorizou sobre o futuro quando escreveu sua obra em 1948, a fim de trazer para o direito atual uma visão nova acerca dos mecanismos de poder em vigor na sociedade.

Para isso, inicialmente é preciso demonstrar a grande importância que a literatura tem para o estudo do Direito, haja vista proporcionar novas formas de interpretação e racionalidades diferentes das encontradas nos manuais jurídicos. Direito, e principalmente a ideia de justiça que ele carrega, é produzido a partir de saberes empíricos e teóricos. O direito não pode ser visto apenas como teoria desprendida das experiências sociais. Ao contrário, ele é formado a partir da relação dialética entre a razão e os sentidos.

O estudo da literatura como uma aliada da ciência jurídica tem se mostrado cada vez mais importante em razão da necessidade de novos ares para inspirar a hermenêutica jurídica.

A literatura, mais do que as outras artes, expressa toda a grandeza e a miséria do ser humano. Nela encontramos a narração essencial do que é o homem, que, afinal, se apresenta como o destinatário de todas as normas jurídicas. E quanto maior for o nosso conhecimento sobre o ser humano, mais perfeito será o nosso entendimento propriamente jurídico. Assim, tudo que é literário interessa ao jurista (MATOS, 2013, p. 345).

A ficção literária (e também a arte como um todo) trabalha com os sentidos e imerge o leitor em outros tipos de experiências, diferentes daquelas que ele está acostumado a vivenciar. Isso faz com que ele possa criar conhecimentos a partir de uma realidade diferente da sua. Uma das contribuições da literatura para o direito é esta. Proporcionar novas experiências ao leitor que o fazem refletir sobre temas caros ao direito, que de outro modo, talvez ele não fosse capaz de vivenciar e experimentar. A construção do direito é beneficiada por



esse movimento de experimentação à medida em que, como dito, o fazer jurídico é formado a partir da relação entre racionalidade e experimentação.

Além disso, por tratar o objeto central deste trabalho de uma obra literária, importante também fazer uma breve discussão sobre o gênero da narrativa aqui tratada, a distopia. Esse gênero, que muitas vezes mistura ficção científica e previsão do futuro, é um aliado no momento de repensar para onde caminha a humanidade partindo do cenário no qual se vive, haja vista seu caráter eminentemente crítico.

Nesta monografia, a principal motivação para a escolha de uma obra literária foi a possibilidade de estudo interdisciplinar do Direito, buscando em outros campos do conhecimento, contribuições para uma melhor análise do mundo jurídico. Através da literatura é possível dar conta de problemas do direito que as próprias linguagem e técnica jurídicas não conseguem abranger. Diante disso, *1984* chama atenção por justamente cumprir essa função. O livro consegue contar uma história, sendo considerado uma obra literária, mas ao mesmo tempo dá conta de problemas inerentes ao Direito e à sociedade em geral, principalmente na área da Sociologia Jurídica, pois trabalha com problemas sociais relacionados ao controle e à vigilância estatal, mostrando um cenário onde isso chega a extremos.

A obra tornou-se objeto de pesquisa porque, desde a primeira leitura, salta aos olhos as condições da sociedade descrita por Winston Smith, personagem central da trama. Chama atenção a forma como George Orwell consegue colocar em sua obra tantos aspectos de uma sociedade que, ao parar para pensar, tem muito do que é visto no dia-a-dia de hoje.

Com sua distopia, Orwell evidencia as condições sociais impostas há tanto tempo que os cidadãos da Londres distópica tornaram-se impassíveis a elas. Não conseguem perceber os micropoderes que atuam sobre eles e, por isso, seguem vivendo num estado de apatia social. O controle age de modo extremamente eficaz, quase perfeito. Em *1984*, esse poder tem nome e líder

determinado, tornando mais fácil para quem lê, entender *o que* realmente acontece e *como* isso acontece, *como funcionam* as estruturas do poder no mundo dito civilizado. O livro mostra ainda como o Grande Irmão torna-se um líder distópico ao deixar de lado a essência humana no exercício de seu poder.

A escolha da obra de George Orwell como ponto de partida e estudo de caso para este trabalho tem a ver com o seu caráter crítico da sociedade. O livro consegue descrever aspectos da sociedade na qual o próprio autor estava inserido, mas vai além e faz uma espécie de previsão do futuro da sociedade, conseguindo dar conta de aspectos extremamente importantes e discutidos na sociedade atual, tais como a vigilância e o controle estatal. Autores de outras áreas do conhecimento também se propuseram a falar sobre esses temas. Dentre eles, Foucault, a partir de seu estudo sobre os mecanismos de poder na sociedade, tema recorrente ao longo de sua produção acadêmica, o edifício panóptico e a sociedade disciplinar em *Vigiar e Punir*.

Um aspecto significativo da narrativa é a presença da vigilância 24 horas do Grande Irmão, mais especificamente através das teletelas, que chama ainda mais atenção quando comparada com o conceito do edifício panóptico idealizado por Bentham e descrito por Foucault. É como se Orwell tivesse exposto de uma forma alegórico-literária uma versão aprimorada e tecnológica do panóptico de Bentham e da sociedade disciplinar de Foucault, que apresentaram sob uma forma teórico-filosófica. A partir das análises de Bentham e Foucault aliadas a Orwell, tem-se ainda as formas contemporâneas dessa tecnologia do poder que Bauman (2013) denomina “pós-pan-óptico” ao discorrer sobre a vigilância no mundo contemporâneo, em seu *Vigilância Líquida*.

Utiliza-se como pressupostos epistemológicos deste trabalho de conclusão de Curso o método hermenêutico - fenomenológico com abordagem qualitativa, de caráter indutivo, aplicada aos estudos transdisciplinares na esfera do Direito e literatura no intuito de construir perspectivas dialógicas entre aportes da sociologia jurídica, criminologia e Literatura que servem de método e crítica

na esfera da intersubjetividade desvelando os modos de sujeição através da narrativa literária (ALVES, 2014, p.11).

A problematização gira em torno de questionamentos iniciais tais como: Como a sociedade distópica de Orwell permite pensar o controle social e direito? A partir da perspectiva foucaultiana, como o Grande Irmão exerce seu poder e controle da sociedade na distopia de Orwell? Quais os mecanismos usados pelo partido para controlar os cidadãos? No contexto apresentado por Orwell, como o direito torna-se distópico? Como superar esse controle social?

Os objetivos consistem em compreender e analisar através de quais mecanismos o controle social é exercido pelo Grande Irmão na sociedade distópica de Orwell em 1984, sob a perspectiva da análise que Michel Foucault fez sobre a dinâmica do poder ao longo de sua vida acadêmica. Analisar ainda como o partido utiliza-se de mecanismos inspirados no modelo panóptico para controlar os cidadãos. Entender de que forma o direito deixa de ser uma utopia do “dever ser” e passa a ser uma distopia, a partir da perspectiva apresentada por Orwell em sua narrativa. Além disso, busca-se aqui realizar uma crítica ao controle social que ultrapassa os limites de sua atuação e passa a ser um fim em si mesmo, perde sua razão de ser e torna-se distópico. Repensar o direito enquanto forma de exercício do poder que se exerce pelo homem para o próprio homem, não enquanto indivíduo, mas enquanto ser social imerso numa comunidade.

Aventou-se a hipótese de que o controle social, aliado com outros mecanismos, era o que permitia o Grande Irmão vigiar a população constantemente, utilizando-se também de diversos dispositivos disciplinares para influenciar as ações, desejos e crenças das pessoas. Nesse sentido, acredita-se que o Partido se utiliza do poder que Foucault denomina como *poder disciplinar* e todos os seus instrumentos para manter-se no governo da Oceânia.

Dessa forma, a proposta é fazer uma análise dos estudos de Foucault sobre o poder partindo da sociedade proposta por Orwell em 1984. Para isso,

faz-se uma revisão bibliográfica do conceito foucaultiano de biopoder e seus desdobramentos, a biopolítica e o poder disciplinar, atentando-se, neste, ao modelo panóptico proposto por ele em *Vigiar e Punir*, bem como seus desdobramentos em questões como a vigilância estatal.

Além disso, apresenta-se aqui como forma de superar o controle do Partido, a criação de uma memória cultural através da preservação dos direitos culturais do povo da Oceânia, a fim de criar e estimular nos indivíduos a suas identidades particulares e sociais.

## 2 DIREITO E LITERATURA: CONTRIBUIÇÕES RECÍPROCAS E RENOVAÇÃO DO ESTUDO JURÍDICO

Sociologia e filosofia jurídicas são matérias reservadas os primeiros períodos dos cursos nas grades curriculares que acabam esquecidas pela maioria dos estudantes, que são engolidos por uma visão extremamente técnica e separada da realidade. Direito é norma, mas não apenas isso. Direito é racionalidade, mas também é experiência. Direito é vivência, é conhecimento empírico, é trazer para a norma a dimensão dos fatos sociais.

No atual estágio dos estudos jurídicos, o direito e sua hermenêutica mostram-se necessitados de um novo fôlego para seguir em frente. É nesse sentido que se propõe o estudo do fenômeno jurídico aliado à Literatura e sua teoria. Dessa forma, faz-se necessário estabelecer as relações e demonstrar a importância dos estudos de *Direito e Literatura* e suas contribuições para o mundo jurídico, pois em que pese serem pouco desenvolvidas no Brasil, as experiências norte-americana e europeia encontram-se em grande avanço quando comparadas à experiência desenvolvida nacionalmente. Além disso, esse ramo de estudo tem demonstrado ser de grande importância para o aperfeiçoamento do estudo jurídico.

No início do século XX, houve uma preocupação dos estudiosos estadunidenses e europeus quanto ao tema. Foi a partir disso que teve início a pesquisa no campo de *Direito e Literatura*, nos Estados Unidos e na Europa, paralelamente. A partir das décadas de 40 e 50, houve o aprofundamento da produção e estudos sobre o tema, principalmente no cenário europeu. Nos EUA, a partir da década de 70, tem-se o renascimento do *Law and Literature Movement*. O estudo de *Direito e Literatura* enquanto conhecimento científico, no entanto, tem início apenas na década de 80.

André Karam Trindade e Roberta Magalhães Gubert (TRINDADE, GUBERT, NETO, 2008, p. 12) propõem que o estudo do *Direito e Literatura* seja baseado no cruzamento dos caminhos do direito com outras áreas do

conhecimento a fim de possibilitar o questionamento de seus pressupostos, fundamentos, legitimidade, funcionamento e etc. Segundo os autores “a possibilidade da aproximação dos campos jurídico e literário favorece ao direito assimilar a capacidade criadora, crítica e inovadora da literatura e, assim, superar as barreiras colocadas pelo sentido comum teórico”.

Os estudos de Direito e Literatura vão desde temas relacionados ao direito *na* literatura, passando pelo direito *como* literatura e chegando ao direito *da* literatura. Cada um desses enfoques apresenta uma forma de estudar as duas áreas do conhecimento, cada uma com uma metodologia e pressupostos diferentes. Segundo Karam e Gubert (2008, p. 49), esse último enfoque é mais recente e de caráter mais normativo. Segundo eles, diz respeito, por exemplo, direito à propriedade intelectual, direitos autorais, crimes de imprensa, liberdade expressão, censura, etc.

Ao que diz respeito ao direito *na* literatura, o foco é o estudo das obras literárias que tratam de temas relacionados ao fazer jurídico, desde as críticas ao sistema normativo, ao fazer justiça, ao modo de ser dos juristas, etc. A literatura muitas vezes é utilizada como uma forma de dar conta de certos problemas do direito que por outros meios não seria possível. Com o uso de suas ferramentas linguísticas, romances, contos, novelas e tantos outros tipos literários é possível dar luz a problemas inerentes ao direito que muitas vezes passam despercebidos por quem lida com eles diariamente, ou que são difíceis de lidar através da narrativa jurídica.

O direito *como* literatura é a corrente de estudos mais desenvolvida nos Estados Unidos, tendo grandes nomes como defensores do movimento, como Ronald Dworkin, conhecido por seu posicionamento pós-positivista e sua teoria do *chain novel*, na qual defende que o Direito deve ser visto como um romance escrito a várias mãos, que devem se comprometer a manter a coerência e a coesão da história, e consequentemente, do sistema.

Essa corrente vê a produção jurídica enquanto produção literária, dessa forma, defende a utilização de pressupostos da teoria literária para fazer e interpretar o direito. O foco aqui é a hermenêutica jurídica, diferente do aporte de direito *na* literatura, que tem seu holofote voltado para questão da ética. Dessa forma, na análise do direito enquanto produção literária, examina-se a qualidade literária desse direito, além da “extensão da aplicação dos métodos de análise e de interpretação, elaborados pela crítica literária, à análise da racionalidade das construções realizadas no âmbito das decisões judiciais” (TRINDADE, GUBERT, NETO, 2008, p. 49).

No Brasil, em que pese a incipiente produção científica sobre o tema, *Direito e Literatura* sempre estiveram ligados. Inúmeros juristas renomados no país eram também grandes literatos. Dentre eles, pode-se citar:

“[...] Gregório de Matos Guerra, Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Castro Alves, José de Alencar, Raul Pompéia, Raimundo Correia, Alphonsus de Gruimaraens, Augusto dos Anjos, Graça Aranha, Godofredo Rangel, Oswald de Andrade, Alcantara Machado, José Lins do Rego, Clarice Lispector, Jorge Amado, Lígia Fagundes Teles e Monteiro Lobato.” (GODOY, 2002, p. 20-31 apud TRINDADE, GUBERT, NETO, 2008, p.12)

No entanto, a relação entre esses dois campos do conhecimento não se limita à constatação de que juristas e literatos transitaram pelos dois campos. As semelhanças vão além. Trindade e Magalhães (TRINDADE, GUBERT, NETO, 2008, p.17) veem na teoria da literatura uma forte aliada no processo de repensar o mundo jurídico. Para os autores, neste momento de pós-positivismo, é preciso superar o atual modo de fazer e pensar o direito. Esses dois autores afirmam que o fenômeno de reação ao positivismo jurídico permitiu uma maior interação entre as diversas áreas do conhecimento. A linguagem assumiu então grande importância na compreensão do direito. Segundo Heidegger, citado por André Karam Trindade, a literatura é a disciplina na qual fica mais claro que o mundo é formado pelo homem (2008, p. 17).

Para Ost, também citado por Karam e Magalhães, “[...] se acredita que a Literatura seja capaz de devolver ao direito uma dimensão cultural, que ao longo da história, foi esquecida – ou recalcada -, a fim de que a ele possa ser restituído o importante papel de ator da transformação social” (TRINDADE, GUBERT, NETO, 2008, p. 18).

O interesse dos pós-positivistas pela elaboração de novas teorias do direito surge da necessidade de reestabelecer valores como legitimidade e autoridade, além de conferir coerência e estabilidade ao sistema (TRINDADE, GUBERT, NETO, 2008, p. 18).

Ainda segundo os autores,

[...] essas novas teorias do direito, no entanto, devem ser capazes de dar conta das narrativas do direito, contribuindo, assim, para a construção de decisões dotadas, em alguma medida, de certeza e previsibilidade, afastando, desse modo, todo e qualquer subjetivismo e decisionismo judicial (TRINDADE, GUBERT, NETO, 2008, p. 18).

Nesse contexto, a interpretação passa a ter papel fundamental na práxis jurídica. Para Aguiar e Silva (apud TRINDADE, GUBERT, NETO, 2008, p.19), em razão desse novo status conferido à interpretação, é necessário que o mundo jurídico recorra à teoria literária a fim de tomar conhecimento dos avanços realizados nesse campo que indubitavelmente apresenta enorme vantagem.

Nesse novo contexto de repensar o fazer jurídico, vê-se a necessidade de ampliar a “racionalidade emocional e empática”, tendo em vista que esse tipo de conhecimento permeia grande parte das decisões judiciais. A capacidade das obras literárias de fazer o leitor se transportar para outros universos e imaginar outras pessoas, tendo contato com a profundidade dos sentimentos delas, ajuda a aprimorar (ou até criar) uma inteligência empática no leitor. É a partir daí que se espera que os juristas se utilizem desse novo conhecimento no momento decisório e julgador, criando assim, decisões cada vez mais justas para cada caso concreto (TRINDADE, GUBERT, NETO, 2008, p. 19).

Segundo Trindade e Gubert:



Com efeito, o estudo interdisciplinar do Direito e Literatura parece alcançar a mais plena expressão e legitimidade, uma vez encarado como uma possibilidade capaz de produzir o acesso a esse conhecimento empático do outro, a partir do fomento dessa identificação emocional com (a situação d) o outro.

[...] Como se sabe, o conhecimento através da experiência com os outros mundos proporcionados pela ficção, bem como o contato por ela estimulado a partir de situações complexas e delicadas, através das quais se fomenta a identificação do leitor com as personagens envolvidas, constituem um verdadeiro ágio para os juristas, que terão inevitavelmente de enfrentar, ao longo da vida profissional, uma série de questões éticas e morais, cujas respostas não se encontram nos manuais e muito menos nos códigos” (2008, p. 19)

Diversas semelhanças são apontadas entre esses dois ramos do conhecimento: ambas as matérias são textuais, tendo em vista que preenchem os sete critérios de textualidade. Para esses autores, “tanto o direito quanto a literatura encontram-se intimamente relacionados à linguagem, pois operam fundamentalmente com a palavra, o texto, o discurso, a narração, enfim, a comunicação. A linguagem literária, entretanto, é mais ampla, no sentido de que com suas figuras e estilos, é capaz de dar conta de situações que a linguagem jurídica e até a prosa filosófica são incapazes de abranger. Além disso, tanto o Direito quanto a literatura têm como elemento central as relações humanas, a diferença é que a literatura privilegia a estética (TRINDADE, GUBERT, NETO, 2008, p.20-24).

Em que pese haver vários pontos de convergência entre as matérias, não significa dizer que não existem diferenças. Trindade e Magalhães apontam que enquanto o mundo jurídico é permeado por formas, institutos fechados e pretensas classificações, o universo literário é muito mais aberto, livre e cheio de possibilidades (TRINDADE, GUBERT, NETO, 2008, p. 22-23). Enquanto o direito classifica, a literatura brinca com a realidade, muitas vezes rejeitando-a. Mesmo assim, isso não quer dizer que não seja possível utilizar-se desses textos artísticos como forma de investigação social.

É nesse sentido que os autores afirmam que essas diferenças não denunciam uma incompatibilidade entre as disciplinas, mas colocam em evidência a relação dialética entre elas, na qual utiliza-se de empréstimos

recíprocos e trocas implícitas para se chegarmos resultado final (TRINDADE, GUBERT, NETO, 2008, p. 23). Para Vera Karam “[a] literatura surge como uma metáfora que o direito usa para tentar articular uma boa solução para aquilo que é chamado a responder” (apud BARAN, 2013).

O estudo de *Direito e Literatura* mostra-se como uma importante ferramenta para a compreensão do fenômeno jurídico enquanto produção humana. As várias nuances sobre o tema que podem ser abordadas mostram a imensidão de assuntos a serem explorados em tal campo que parece ter um terreno fértil para o crescimento de outras teorias e estudos nessa área.

### 3 DISTOPIAS E UTOPIAS: FERRAMENTAS PARA ANÁLISE CRÍTICA E RECONSTRUÇÃO DO DIREITO

O termo distopia é corrente quando se fala sobre George Orwell e sua produção literária. Neste trabalho, não é diferente. Um dos conceitos importantes para a construção desta monografia foi a questão da distopia, não só as de Orwell, mas de outros autores que contribuíram para a disseminação desse tipo de narrativa. Assim, importante que seja dedicado um dos tópicos do texto para a explanação acerca do tema, sem, no entanto, pretender exaurir suas fontes ou a discussão que gira em torno dele.

Leomir Cardoso Hilário, partindo da teoria crítica da Escola de Frankfurt, entende que “o campo literário, gênero da distopia em particular, emerge como dispositivo de análise radical da sociedade, cujo objetivo é analisar os efeitos de barbárie que se manifestam em determinado tecido social” (2013, p. 201). Ainda segundo o autor, a literatura é um campo privilegiado para a análise acerca da “experiência subjetiva vivenciada pelos homens e mulheres na modernidade” (2013, p. 202). Assim, a partir da narrativa, mesmo que ficcional, é possível trazer à superfície as concepções sociais que estão acontecendo em determinado momento. Dessa forma, a literatura pode ser usada como uma forma de denunciar as situações sociais em voga no momento histórico. Mais que isso, utilizando a narrativa, é possível que sejam mostradas as previsões para o futuro a partir de situações sociais contemporâneas.

[...] a literatura não é vista como *reflexo mecânico* da sociedade, mas sim como um modo de experienciar determinado contexto social, ao mesmo tempo dele fazendo parte como também o construindo: “a referência ao social não deve levar para fora da obra de arte, mas sim levar mais fundo para dentro dela” [...] (HILÁRIO, 2013, p. 203).

Acredita-se muitas vezes que distopia é o contrário de utopia. Entretanto, não é necessariamente assim. Utopia, enquanto termo da filosofia política, reflete um tipo de pensamento que consiste basicamente numa “aposta irrestrita no poder da razão humana, que aliada à ideia de progresso, típica do iluminismo, seria capaz de garantir às sociedades humanas formas mais justas de

organização social” (MATOS, 2013, p. 353). Nesse sentido, as utopias seriam uma forma de alimentar o desejo de mudanças sociais, oferecendo vias alternativas para a organização político-jurídica real (MATOS, 2013, p. 352). Etimologicamente, o termo designa o não lugar, uma “sociedade excelente que, em razão dessa mesma excelência, não existe no mundo real (MATOS, 2013, p. 352).

O termo foi cunhado por Thomas More, que apresentou o projeto político da ilha de Utopia, descrevendo uma sociedade na qual as pessoas tinham assegurados seus direitos de igualdade, liberdade e justiça. Além de More, podem ser citados outros utopistas da modernidade, como Tommaso Campanella, filósofo italiano que escreveu *A cidade do Sol* (1623) e Francis Bacon, filósofo inglês autor de *A nova Atlântida* (1627). Segundo Andytias Matos (2013, p. 352), contemporaneamente, a posição marxista destaca-se por acreditar que “as utopias são irrealizáveis por não se vincularem às condições estruturais concretas da sociedade, razão pela qual não devem ser nem sequer consideradas”. As utopias apresentam como traço característico o posicionamento crítico da realidade. Leomir Hilário define o utopista como sendo “aquele cuja função é deslocar a fronteira daquilo que os contemporâneos julgam possível, no sentido positivo e emancipatório” (2013, p. 204).

Karl Mahheim e Ernst Bloch (apud MATOS, 2013, p. 352), acreditam que as utopias têm um potencial transformador capaz de alimentar o desejo de mudanças e, assim, oferecer novas formas de organização social. Aldo Maffey (apud MATOS, 2013, p. 352) vê as utopias como projeções de desejos não totalmente satisfeitos em determinadas situações históricas, tal como os jardins e oásis dos árabes exilados em desertos. Entretanto essas projeções só podem ser consideradas utopias se apresentarem um ideal a ser conquistado por uma organização social que encontre soluções definitivas para os problemas socioeconômicos. Jerzy Szachi chega a questionar se o projeto de uma constituição ideal para um país não seria uma espécie de utopia (apud PAVLOSKI, 2005, p. 17).

As distopias podem ser comparadas à definição que Maffey dá as utopias, no sentido de que representam projeções dos medos que povoam o imaginário do autor distópico. Para François Ost (apud MATOS, 2013, p. 353), “as distopias seriam utopias às avessas, ou seja, más utopias, sociedades imaginárias nas quais as condições de existência são muito piores do que aquelas das sociedades reais”. Não deixam de ser utopias, mas possuem uma carga valorativa diferente, estão cobertas por um pessimismo derivado dos receios que seu autor carrega.

Etimologicamente, distopia significa “a forma distorcida de um lugar” (HILÁRIO, 2013, p. 205). Enquanto a utopia reflete uma visão otimista na qual o futuro conseguirá resolver os problemas da sociedade, aquela refletiria o outro lado da moeda, onde o pessimismo toma o centro e faz imaginar o futuro como uma curva decrescente na história humana. Leomir Cardoso Hilário explica que

As distopias problematizam os danos prováveis caso determinadas tendências do presente vençam. É por isso que elas enfatizam os processos de indiferenciação subjetiva, massificação cultural, vigilância total dos indivíduos, controle da subjetividade a partir de dispositivos de saber etc. A narrativa distópica é *antiautoritária, insubmissa e radicalmente crítica*. As *distopias* continuam sendo utopias, no sentido que Jacoby (2001, p. 141) lhe deu, isto é, não apenas como a visão de uma sociedade futura mas como uma capacidade analítica ou mesmo uma disposição reflexiva para usar conceitos com a finalidade de visualizar criticamente a realidade e suas possibilidades (HILÁRIO, 2013, p. 206)

Enquanto gênero literário, muitas vezes as distopias são enquadradas como ficção científica, funcionando como uma espécie de “aviso de incêndio” (HILÁRIO, 2013, p. 202) que, através da análise de uma sociedade, busca chamar atenção para determinado evento tido como perigoso e que pode gerar consequências sociais graves. Esse tipo de narrativa faz uso do exagero com o intuito de realizar uma denúncia social.

Para Hilário (2013, p. 202) “[...] o gênero literário conhecido como *distopia* nos fornece elementos para pensar criticamente a contemporaneidade, sobretudo com relação à segunda metade do século XX e início do século XXI”. As narrativas distópicas refletem uma imagem do futuro “surgida da compreensão

profunda do presente” (HORKHEIMER apud HILÁRIO, 2013, p. 206), funcionam a partir da enunciação do que é preciso combater no presente se se quiser evitar um futuro desastroso. “Em suma, a narrativa distópica busca chamar nossa atenção para as relações heterônomas entre subjetividade, sociedade, cultura e poder” (HILÁRIO, 2013, p. 203).

O próprio Orwell, autor da narrativa objeto deste trabalho, traz um conceito de distopia em uma das falas de O'Brien, carrasco de Winston no Ministério do Amor.

Está começando a ver que tipo de mundo estamos criando? Exatamente o oposto das tolas utopias hedonistas imaginadas pelos velhos reformadores. Um mundo de medo e traição e tormento, um mundo em que um pisoteia o outro, um mundo que se torna mais e não menos cruel à medida que evolui. O progresso, no nosso mundo, será o progresso da dor. As velhas civilizações diziam basear-se no amor ou na justiça. A nossa se baseia no ódio. No nosso mundo as únicas emoções serão o medo, a ira, o triunfo e a autocomiseração. Tudo o mais será destruído – tudo. Já estamos destruindo os hábitos de pensamento que sobreviveram da época anterior à Revolução. Cortamos os vínculos entre pai e filho, entre homem e homem, e entre homem e mulher. Ninguém mais se atreve a confiar na mulher ou no filho ou no amigo. Mas no futuro já não haverá esposas ou amigos, e as crianças serão separadas das mães no momento do nascimento, assim como se tiram os ovos das galinhas. O instinto sexual será erradicado. A procriação será uma formalidade anual, como a renovação do carnê de racionamento. Aboliremos o orgasmo. Nossos neurologistas já estão trabalhando nisso. A única lealdade será para com o Partido. O único amor será o amor ao Grande Irmão. O único riso será o do triunfo sobre o inimigo derrotado. Não haverá arte, nem literatura, nem ciência. Quando formos, onipotentes, já não precisaremos da ciência. Não haverá distinção entre beleza e feiura. Não haverá curiosidade, nem deleite com o processo da vida. Todos os prazeres serão eliminados. Mas sempre – não se esqueça disto, Winston -, sempre haverá a embriaguez do poder, crescendo constantemente e se tornando cada vez mais sutil. Sempre, a cada momento, haverá a excitação da vitória, a sensação de pisotear o inimigo indefeso. Se você quer formar uma imagem do futuro, imagine uma bota pisoteando um rosto humano – para sempre (ORWELL, 2009, p. 311/312).

Enquanto as utopias, típicas do século XVI, representam as projeções positivas baseadas nas ideias do Iluminismo, as distopias representam os receios típicos do século XX. Isso porque as ideias propagadas pelo Esclarecimento, não se concretizam da forma imaginada e a razão, tão cultuada à época, vista por muitos como a característica humana que levaria a evolução

enquanto sociedade, deixou de ser instrumento e passou a ser um fim em si mesmo, desaguando nos fenômenos históricos do início do século XX quando se viu até onde pode chegar a capacidade humana para o mal.

Para Andyti Matos, o que distingue utopia e distopia é apenas uma questão de opinião e juízo de valor (2013, p. 354). Para sustentar esse pensamento, o autor utiliza-se do exemplo da República de Platão, argumentando que na sociedade proposta o Estado platônico controla todos os aspectos da vida dos indivíduos, desde a educação das crianças até os ofícios e profissões dos cidadãos que compõem aquela sociedade. Dessa forma, em que pese suas “boas intenções”, as sociedades utópicas podem apresentar-se tão perigosas quanto as comunidades distópicas.

A missão de toda utopia é regenerar as pessoas, ainda que precise enfrentá-las [sic] e impor-lhes este alto destino.<sup>32</sup> Eis o caminho que imperceptivelmente nos leva da utopia ao seu gêmeo fantasmático, aos seu *doppelgänger*: a distopia (MATOS, 2013, p. 354).

Leomir Hilário partilha deste pensamento e afirmando que

As *distopias* continuam sendo utopias, no sentido que Jacoby (2001, p.141) lhe deu, isto é, não apenas como a visão de uma sociedade futura mas como uma capacidade analítica ou mesmo uma disposição reflexiva para usar conceitos com a finalidade de visualizar criticamente a realidade e suas possibilidades (HILÁRIO, 2013, p. 207).

Ele continua, aduzindo que

Para Jacoby (2007), os autores distópicos são *utopistas negativos*, os quais, ao contrário dos *utopistas projetistas*, como Morus ou Skinner, não buscam descrever detalhadamente os aspectos da sociedade futura emancipada, mas sim apontam no futuro as evoluções opressivas das tendências do presente (HILÁRIO, 2013, p. 207).

Ainda Evanir Pavloski afirma que segundo Jerzy Szachi

[...] as utopias positivas e negativas apresentam uma “consangüinidade” ideológica que as torna extensões de um mesmo posicionamento crítico e de um semelhante processo criativo. Nos dois tipos de produção ocorre a contraposição da realidade a alguma forma de ideal social com o objetivo de promover, no mínimo, uma reflexão sobre os elementos do universo experimental tidos como falhos. Tanto o idílio dos utopistas quanto o pesadelo dos distopistas insere o leitor num contexto de reavaliação conceitual ao colocá-lo diante de uma

perspectiva radical e, em muitos casos, maniqueísta dos caminhos seguidos pelas sociedades históricas (PAVLOSKI, 2005, p. 43).

Obras como *1984* de Orwell, utilizada aqui como um caso de estudo, e outras distopias como *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury, apresentam-se como presságios de um futuro temido por seus autores, um futuro que tira a liberdade das pessoas e até sua consciência, funcionando ao mesmo tempo como uma crítica à sociedade da época. “A principal vítima sacrificada no altar dos ainda fictícios Estados distópicos é, sem dúvida alguma, a liberdade” (MATOS, 2013, p. 353).

Nas distopias, o direito tem papel marcante pois apresenta-se como um ordenamento extremamente técnico que tem como função a perpetuação do poder. Nesse contexto, para Andityas Matos (2013), o direito torna-se distópico quando se afasta daquilo que é humano. Para o autor, a tecnicização do fazer jurídico observado nas sociedades pós-industriais de hoje (que não se confunde com as exigências formais do positivismo) é uma das causas para que isso aconteça. Essa priorização da técnica diz respeito ao fenômeno em curso nas sociedades atuais nas quais observa-se que muito do fazer jurídico tem privilegiado o tecnicismo em detrimento dos valores que deveriam ser protegidos pelo conjunto normativo.

O direito, ou qualquer outra forma de exercício de poder, haja vista ser produzido por homens e a serviço deles, quando se distancia de sua função social e perde aquilo que tem de humano, passa a ser distópico. Para que se possa recuperar a humanidade no controle social e nas formas do exercício do poder é preciso então retomar o sentido daquilo que é humano.

Nas chamadas anti-utopias, os líderes políticos desenvolvem medidas e dispositivos práticos que possibilitam a sustentação e, sempre que possível, a ampliação do poder alcançado, instaurando aquilo que Michel Foucault define como sociedade disciplinar (PAVLOSKI, 2005, p.71).

A distinção entre os conceitos de utopia e distopia, no entanto, é problemática, haja vista a tênue linha que separa o universo utópico do distópico. Ambas partem de uma crítica à realidade, mas tomam caminhos diferentes sob



perspectivas diferentes, chegando a finais opostos. Apesar disso, ambas servem como pontos de partida para novas discussões e reflexões sobre os contextos sociais que representam. Com *1984*, o debate que se cria é acerca de um regime totalitário que destrutura o indivíduo enquanto cidadão e também enquanto ser humano, imprimindo sobre ele um poder que tem por finalidade apenas o poder e, por isso, é distópico. Qualquer tipo de instituição ou instrumento social que se afasta da sua feição humana, torna-se uma distopia.

## **4 1984 DE GEORGE ORWELL: CONTRIBUIÇÕES PARA REPENSAR O DIREITO ENQUANTO INSTÂNCIA DE EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL**

### **4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA A PARTIR DA VIDA DO AUTOR**

George Orwell nasceu na Índia, com nome de Eric Arthur Blair, enquanto seu pai trabalhava a serviço do exército britânico no país, tendo mudado para a Inglaterra aos oito anos de idade. Posteriormente, viveu na Birmânia (atual Myanmar) e quando adulto passou dezoito meses em Paris, vivendo como mendigo, numa espécie de experiência social, que deu origem ao seu livro *Na pior em Paris e Londres* (1933). Ele chegou a ir à Espanha e lutou na Guerra Civil Espanhola em 1937, até ser afastado em razão de ter sido ferido. Ficou conhecido ao redor do mundo principalmente por suas distopias *a Revolução dos Bichos* e *1984*. A primeira é vista como uma crítica ao que se tornou o regime russo após a revolução de 1917, a segunda, um alerta sobre os perigos dos regimes totalitários no contexto do Pós-segunda Guerra. A influência que as experiências pessoais têm em produção literária é inegável.

Entre as obras mais conhecidas estão *1984*, *A Revolução dos Bichos*, *Na pior em Paris e Londres*, *Dias na Birmânia*, *Como morrem os pobres e outros ensaios*, entre outras obras e inúmeros artigos da época em que trabalhou como correspondente para jornais britânicos.

Orwell utilizava-se de suas narrativas para manifestar seu posicionamento político e denunciar a sociedade da época. A mistura entre ensaio e romance abria a possibilidade de contar uma história através da narrativa e ainda demonstrar os aspectos sociais e políticos de seu tempo.

Em 1949 foi lançado o livro que se tornaria uma das mais interessantes e assustadoras previsões do que veio a se tornar a sociedade moderna como conhecemos. Orwell escreveu sua obra-prima em 1948, isolado na ilha de Jura na Escócia, pouco antes de morrer em 21 de janeiro de 1950. O título da obra vem da inversão dos últimos números do ano no qual o livro foi escrito.

Enquanto Orwell escrevia sua história, o mundo tentava lidar com as consequências da II Guerra Mundial e a Guerra Fria e, é por estar inserido nesse contexto, que fica clara a preocupação do autor com a questão dos regimes totalitários de governo, sejam eles capitalistas ou comunistas, bem como o futuro da humanidade, principalmente quanto ao aspecto político. A crítica social de George Orwell alcança a todos. O autor mostra-se extremamente apreensivo com o futuro do mundo depois das atrocidades que aconteceram durante os regimes totalitários com que teve contato.

Além disso, como disse em carta escrita a Noel Willmet em 1944, temia o avanço do totalitarismo, acreditando que os movimentos nacionalistas crescentes à época pareciam tomar formas não democráticas, mesmo aqueles que se originaram da resistência à dominação alemã da época. Esses grupos procuravam organizar-se ao redor de um líder “super-humano”, adotando a teoria de que os fins justificam os meios. Orwell estava preocupado com a questão da centralização da economia que, segundo ele, funciona do ponto de vista econômico, mas não é democraticamente organizada e tende a estabelecer um sistema de castas na sociedade.

É dentro desse contexto e sob essa perspectiva que *1984* foi escrito. O autor utiliza sua narrativa criando um ambiente distópico, no qual o leitor é levado a outro contexto de espaço e tempo, a fim de alertar sobre os perigos que vêm quando com a crescente onda de nacionalismos e regimes totalitários ao redor do mundo.

#### **4.2 1984: ANALISANDO A DISTOPIA COMO FORMA DE TRANSFORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO JURÍDICO**

A narrativa distópica tem cenário em uma Londres do futuro, levando o leitor para outro espaço e tempo, sendo descrita como uma das maiores províncias da Área de Pouso Um na Oceânia (ORWELL, 2009, p. 45). Nesse novo mundo de Orwell, além da Oceânia, há outros dois impérios: Eurásia e Lestásia. Em que pese serem independentes e terem governos próprios, os três

impérios apresentavam as mesmas características de configuração social, apesar da diferença no nome das ideologias que seus Estados pregavam. Essencialmente, apresentavam as mesmas configurações sociopolíticas.

A história se passa no contexto pós Revolução e Grandes Expurgos quando o país é governado por um único partido, que tem como seu principal representante e líder nacional a figura do Grande Irmão, “um homem de uns quarenta e cinco anos, de bigodão preto e feições rudemente agradáveis” (ORWELL, 2009, 11). Por toda a cidade, há pôsteres em tamanho real dessa figura espalhados dentro e fora de prédios públicos ou particulares com os dizeres “O Grande Irmão está de olho em você” (ORWELL, 2009, p. 12). Um líder onipresente e onipotente que, no entanto, nunca é visto, mas que governa e controla todos os aspectos possíveis das vidas dos cidadãos. Desde os primeiros capítulos, Winston Smith, o protagonista e anti-herói de Orwell, apresenta as características desse regime, da sociedade e do povo da Oceânia. A sociedade do Grande Irmão é uma sociedade vigiada e controlada em todos os aspectos possíveis e imagináveis.

Para Sandra Regina Martini Vial, “[...] Este alguém ora aparece como o Estado, ora aparece como o chefe; contudo, é um aparecer não aparecendo, é algo ou alguém onipresente na ausência e na presença” (in TRINDADE, GUBERT, NETO, 2008, p. 179). É a representação do poder do partido, que apesar de nunca ser visto pessoalmente, não é contestado.

A Oceânia permanecia em estado de guerra constante desde o início dos anos pós-revolução, por volta das décadas de 1950 e 1960. A depender do contexto político que se enfrentava no momento, o inimigo alternava entre a Lestásia e a Eurásia, sem que a sociedade tivesse consciência dessa mudança. As potências estavam sempre em guerra com uma enquanto eram aliadas de outra. Mas as configurações dessa suposta guerra sempre mudavam, e mudavam também as histórias e notícias já publicadas a fim de fazer a consciência coletiva se alinhar com o contexto político atual. Uma verdadeira manipulação dos fatos. Enquanto o país mantinha-se em constante conflito com

outra potência, os cidadãos viviam em estado constante de miséria, com diminuição da produção de bens, racionamento de energia e escassez de alimentos. Apesar disso, as pessoas permanecem em estado de apatia. Como dizia um dos slogans do partido “Guerra é paz” (ORWELL, 2009, p.14).

O partido utilizava-se das imagens de inimigos internos e externos como forma de manter os indivíduos a seu favor. A figura de Goldstein e o império inimigo eram formas de conduzir o ódio da sociedade para outro alvo que não o Grande Irmão ou o Partido. Orwell apresenta o leitor, logo no início da narrativa, às sessões de 2 Minutos de Ódio, nas quais todos eram obrigados a parar o que estavam fazendo e sentar-se em frente às telas. Durante dois minutos, os cidadãos eram bombardeados com notícias e supostos pronunciamentos de Goldstein, fazendo com que chegassem ao pico de seu ódio, até que começavam a gritar contra a tela e exprimir o ódio pelo inimigo comum. É a oposição distópica ao minuto de silêncio, popular na cultura ocidental que serve como uma forma de demonstrar o respeito por uma pessoa ou situação.

A sociedade era dividida em classes sociais. No topo da pirâmide social estava o Núcleo do Partido composto por aqueles que efetivamente detinham o poder e o controle do governo, eram os que tinham os maiores privilégios na sociedade; abaixo estava o Partido Externo composto pelos trabalhadores das instituições estatais que não detinham qualquer poder de decisão, eram os destinatários da ideologia do Partido e sujeitos de alguns privilégios na sociedade; no último estrato social estavam os proletas, que correspondiam à grande maioria da população, responsáveis pelos trabalhos braçais, quase escravos.

Esse último estrato social não era visto pelo Partido como ameaça enquanto fosse mantido em estado de apatia, ocupados com problemas menores. Em razão disso, não eram doutrinados com os slogans e valores do

Socing<sup>1</sup>. Eram vistos como “inferiores naturais” (ORWELL, 2009, p. 90). Apesar disso, Winston acreditava que eles representavam a única força capaz de destruir o Partido. “*Se é que há esperança*, escreveu Winston, *a esperança está nos proletas*” (ORWELL, 2009, p. 88).

Abandonados a si mesmos, continuarão trabalhando, reproduzindo-se e morrendo de geração em geração, século após século, não apenas sem o menor impulso no sentido de rebelar-se, como incapazes de perceber que o mundo poderia ser diferente do que é (ORWELL, 2009, p. 247).

A história escrita por Orwell reflete muito da conjuntura atual das sociedades ao redor do mundo. A divisão em classes, exploração dos pobres, trabalhadores, as manipulações do Partido. Em que pese ter sido escrito na década de 40, o livro mostra-se como um espelho do que se observa atualmente. O Estado não tem interesse nas classes mais pobres, deixando-a viver à margem da sociedade sem garantir o mínimo de direitos aos cidadãos que vivem principalmente nas periferias. Não são os sujeitos das ações estatais.

Winston Smith era cidadão e trabalhador da Oceânica, membro do Partido Externo, viveu os anos anteriores à Revolução e tem recordações desse período que o fazem questionar secretamente a realidade imposta pelo Partido. A narrativa em terceira pessoa acompanha o personagem a partir do momento em que ele decide escrever um diário para as futuras gerações. Na sociedade do Grande Irmão, qualquer ato que implique em algum tipo de autonomia é proibido. Por isso, desde o primeiro momento, Winston tinha consciência do que os atos lhe causariam. Ao adquirir um diário, incorria em pensamento-crime e seria vaporizado, expurgado. Seria como se nunca tivesse existido. Era o que acontecia com aqueles que mostravam qualquer sinal de inortodoxia. Antes de tudo, passaria pelo Ministério do Amor, onde perderia sua humanidade após as sessões de tortura intensa, veria seu corpo definhar até não reconhecer seu próprio reflexo no espelho, sairia de lá após perder sua humanidade, mas estaria

---

<sup>1</sup> Socing é a abreviação criada por Orwell para Socialismo Inglês, denominação dada à ideologia do Partido do Grande Irmão.

amando o Grande Irmão. Pouco tempo depois, no entanto, sumiria. Era o que acontecia com todos que ousavam reivindicar sua individualidade ou questionar o líder.

O protagonista trabalhava no Ministério da Verdade “responsável por notícias, entretenimento, educação e belas-artes” (ORWELL, 2009, p.14). Na prática, esse órgão do governo era responsável por alterar todos os tipos de documentos já escritos para que os discursos e a realidade defendida pelo Partido nunca pudessem ser contestados pelo passado. Winston era responsável pela alteração dos dados, estatísticas, discursos e tudo o mais que não fosse condizente com o que o governo defendia no momento. Dessa forma, “era necessário reescrever um parágrafo do discurso do Grande Irmão, de forma a garantir que a previsão que ele havia feito estivesse de acordo com aquilo que realmente acontecera” (ORWELL, 2009, p.53). Nesse contexto, o controle da informação pode ser considerado também um dos instrumentos do Partido para perpetuar-se no poder e apresentava-se como um dos seus lemas: “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (ORWELL, 2009, p. 47).

A sociedade é extremamente controlada pelo Grande Irmão que incutia nas pessoas a ideologia defendida pelo Partido, o Socing. As pessoas, alienadas, não pensam por si mesmas. O partido faz isso por elas. A mutabilidade do passado era utilizada como um dos mecanismos de controle da sociedade, à medida em que ao alterar notícias, discursos e fatos históricos, conseguia-se alterar também a consciência das pessoas que passavam a acreditar naquilo que lhes era posto. Esse sistema era perfeito para manter os cidadãos alienados e ajudava o Partido a permanecer no poder sem qualquer tipo de oposição.

Desde os primeiros capítulos, o autor mostra que Winston, apesar de fazer parte de um dos níveis do partido, via no Grande Irmão um inimigo e, na verdade, tinha ódio do Socing, seus princípios, slogans e tudo o que faziam para governar a Oceânia. A revolta de Winston era contra o extremo controle e

vigilância que o partido exercia sobre a sociedade como um todo e sobre cada indivíduo, a lavagem cerebral que era feita nas pessoas, a alienação que gerava nos indivíduos. Através das teletelas, polícia das ideias, duplipensamento<sup>2</sup>, mutabilidade do passado, a Novafala<sup>3</sup> e vários outros mecanismos, o Grande Irmão observava todos o todo tempo e estava sempre pronto para vaporizar quem quer que fosse ao menor sinal de inortodoxia<sup>4</sup>.

A rebeldia de Winston é demonstrada de verdade (de acordo com os padrões de comportamento daquela sociedade) quando, logo ao começo da história, ele começa a escrever um diário dedicando-o ao futuro, onde descreve aspectos da sociedade que o incomodam. A partir desse momento, o personagem tem certeza que seu futuro envolvia vaporização e morte em poucos anos.

Outro personagem central na trama é Julia, com quem Winston tem um breve romance. A jovem também é parte do Partido Externo, trabalhando no Ministério da Verdade, no Departamento de Ficção e participa da Liga Juvenil Antissexo. Num primeiro momento a impressão é de que a personagem é

---

<sup>2</sup> Na conceituação do próprio Orwell: “[...] significa a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas. O intelectual do Partido sabe em que direção suas memórias precisam ser alteradas; em consequência, sabe que está manipulando a realidade; mas, graças ao exercício do *duplipensamento*, ele também se convence de que a realidade não está sendo violada. [...] O *duplipensamento* situa-se no âmago do Socing, visto que o ato essencial do Partido consiste em usar o engodo consciente sem perder a firmeza de propósito que corresponde à total honestidade. Dizer mentiras deliberadas e ao mesmo tempo acreditar genuinamente nelas; esquecer qualquer fato que tiver se tornado inconveniente e depois, quando ele se tornar de novo necessário, retirá-lo do esquecimento somente pelo período exigido pelas circunstâncias; negar a existência da realidade objetiva e ao mesmo tempo tomar conhecimento da realidade que negamos – [...] (ORWELL, 2009, p. 252).

<sup>3</sup> Na narrativa, Orwell insere a Novafala como mais uma forma de controle dos indivíduos. O controle funcionaria basicamente a partir da diminuição da quantidade de palavras da língua. Dessa forma, as pessoas perderiam a habilidade de se comunicar e formular qualquer tipo de pensamento que fosse contrário à ideologia do Partido. O objetivo é estreitar o âmbito de pensamento, diminuindo o alcance da consciência.

<sup>4</sup> O conceito de inortodoxia do autor diz respeito a tudo aquilo que poderia ser considerado pelo Partido como um ato contrário aos seus interesses, seria a não conformidade com os ditames sociais. A contrário senso, “Ortodoxia era inconsciência” (ORWELL, 2009, p. 72).



apenas mais uma cidadã alienada pelo Partido, no entanto, quando Winston passa a conhecê-la, percebe-se que ela é tão rebelde quanto ele, ou até mais.

Apesar de semelhantes em seu ódio ao Grande Irmão, suas motivações são diferentes. Julia revolta-se com o partido apenas naquilo que diz respeito a sua vida privada e sua liberdade, tudo o mais para ela não importa. Diferente de Winston, que se preocupa com o sistema como um todo, não só quanto aos seus interesses pessoais, mas como o Partido afeta e controla a sociedade enquanto grupo.

No decorrer da história, é possível perceber a fixação de Winston pelo passado, pelos anos antes do país passar a ser governado pelo Grande Irmão. Esta fixação talvez fosse aflorada pela consciência que o personagem tinha de que o passado estava sempre em modificação constante, e isso devia-se a fato de que, em certa medida, ele era também responsável por isso, já que trabalhava diretamente alterando os escritos do país. Ele era um dos poucos a manter esse nível de consciência. Outros, como Simon, que trabalhava desenvolvendo os dicionários de Novilíngua, não conseguiam manter suas cabeças acima da água e eram imersos pela ideologia do partido.

Winston tentava sempre estar em contato com o passado e buscava nos anos “pré-Grande Irmão” a verdade sobre o que era real nas histórias propagadas pelo partido. Ele contestava a realidade imposta buscando nos fragmentos do passado a que tinha acesso lembranças que pudessem contrastar com o seu presente. Nessa jornada de busca pelo passado, o personagem se sente solitário, já que todo o resto da população parece aceitar sem refutar o que lhe era posto como verdade. Apesar disso, no decorrer da história, ele encontra outros cidadãos, que assim como ele, ousavam contestar a ideologia do Grande Irmão.

Este é um dos aspectos importante da história. A partir dele, pode-se refletir sobre o controle da informação na sociedade do século XXI. Em que medida a informação que é transmitida pelos meios de comunicação tem como

principal foco informar a população? Em que medida os interesses daqueles que detêm o controle dos meios de informação interferem nas notícias vinculadas e na forma como elas o são? Esses são questionamentos extremamente importantes na sociedade atual, principalmente na conjuntura em que se vive hoje.

As teletelas são uma das representações de controle do Estado mais importantes na distopia orwelliana. O autor as descreve como uma espécie de televisão com câmera e microfone integrados que estão presentes nas casas de todos os cidadãos que fazem parte do Partido, captando e transmitindo informação 24 horas por dia. Elas são a representação da presença do Grande Irmão nos espaços públicos e nas casas dos cidadãos.

A teletela recebia e transmitia simultaneamente. Todo som produzido por Winston que ultrapassasse o nível de um sussurro muito discreto seria captado por ela; mais: enquanto Winston permanecesse no campo de visão enquadrado pela placa de metal, além de ouvido também poderia ser visto. Claro, não havia como saber se você estava sendo observado num momento específico. [...] Era possível inclusive que ela [A Polícia das Ideias] controlasse todo mundo o tempo todo. Fosse como fosse, uma coisa era certa: tinha meios de conectar-se a seu aparelho sempre que quisesse. (ORWELL, 2009, p. 13).

As teletelas podem ser usadas como um paralelo entre sua forma de funcionamento e a vigilância constante das mídias sociais na sociedade moderna. Ambas se apresentam como uma constante na vida cotidiana dos indivíduos que passam a modular sua forma de agir por medo de estar sendo gravado/vigiado naquele momento. Além disso, vive-se para agradar o Grande Irmão. Na sociedade orwelliana, representado por uma entidade personificada, na sociedade de hoje, concebido como um ente abstrato, mas que exerce tanto poder e influência sobre as pessoas quanto o líder distópico.

Na Oceânia, as teletelas eram controladas pela Polícia das Ideias, outra instituição do governo responsável pela manutenção da ordem social. A principal função da polícia secreta do Grande Irmão era identificar sinais de inortodoxia nos cidadãos e puni-los por pensamento-crime. A punição do Partido, à qual Winston também é submetido, era extremamente complexa. As pessoas eram

levadas para o Ministério do Amor, onde sofriam todo tipo de tortura até que confessassem seus “crimes”, demonstrassem seu arrependimento e passassem a amar o Grande Irmão. Pouco tempo depois, essas pessoas simplesmente desapareciam e era como elas nunca tivessem existido. Tudo o que se relacionava com elas desaparecia ou era modificado para que nunca fossem lembradas.

Na vasta maioria dos casos não havia julgamento, não havia registros de prisão. As pessoas simplesmente desapareciam, sempre durante a noite. Seus nomes eram removidos dos arquivos, todas as menções a qualquer coisa que tivessem feito eram apagadas, suas existências anteriores eram negadas e em seguida esquecidas. Você era cancelado, aniquilado. *Vaporizados*, esse o termo costumeiro”. (ORWELL, 2009, p. 30).

A sensação de vigilância era constante na sociedade de 1984. Além dos mecanismos estatais de controle, as pessoas eram doutrinadas de modo a se tornarem espiões uns dos outros. Dentro das famílias, as crianças eram educadas pelo partido a denunciar os próprios pais ao menor sinal de discordância com o ideal de comportamento do Partido. A partir de grupo infantil como os Espiões, as crianças eram ensinadas a vigiar os próprios pais e as demais pessoas dos seus círculos sociais. Orwell descreve os filhos de um dos personagens, Parsons, como exemplos da influência do partido. Utiliza ainda o próprio Parsons como exemplo do cidadão ideal de acordo com os ditames do Soring. O homem trabalhava no mesmo lugar que Winston, no Ministério da Verdade, porém desempenhava uma função subalterna na qual não era necessário inteligência. É descrito como um indivíduo

[...] de uma estupidez paralisante, um amontoado de entusiasmos imbecis — um daqueles burros de carga absolutamente submissos e dedicados de quem dependia, mais até que da Polícia das Ideias, a estabilidade do Partido (ORWELL, 2009, p. 33)

Sobre os filhos de Parsons e as demais crianças da sociedade da época, o autor descreve

Com crianças daquele tipo, pensou Winston, aquela infeliz mulher deve levar uma vida de terror. Mais um ou dois anos e eles começariam a vigiá-la noite e dia em busca do menor sintoma de inortodoxia. Quase todas as crianças eram horríveis atualmente. O pior de tudo era que,

por meio de organizações como a dos Espiões, elas eram transformadas em selvagens incontroláveis de maneira sistemática — e nem assim mostravam a menor inclinação para rebelar-se contra a disciplina do Partido. Pelo contrário, adoravam o Partido e tudo que se relacionasse a ele. [...]. Toda a sua ferocidade era voltada para fora, dirigida contra os inimigos do Estado, contra os estrangeiros, os traidores, os sabotadores, os criminosos do pensamento. Chegava a ser natural que as pessoas com mais de trinta anos temessem os próprios filhos. E com razão, pois era raro que uma semana se passasse sem que o Times trouxesse um parágrafo descrevendo como um pequeno bisbilhoteiro — “herói mirim” era a expressão usada com mais frequência — ouvira às escondidas os pais fazerem algum comentário comprometedor e os denunciara à Polícia das Ideias (ORWELL, 2009, p. 36)

Outro importante meio de controle utilizado pelo Partido era a Novilíngua. O novo idioma criado e desenvolvido pelo Partido é mais um instrumento de controle da sociedade na medida em que reduzia o vocabulário e introduzia na mesma palavra sentidos diametralmente opostos a partir da aplicação do duplimentamento. Essa “técnica” desenvolvida pelo Partido, consiste na possibilidade “abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas” (ORWELL, 2009, p. 252). Para isso, é preciso que o indivíduo esteja consciente desse movimento para que tenha a precisão necessária, mas ao mesmo tempo esteja inconsciente sobre ele, para evitar a sensação de falsidade e culpa (ORWELL, 2009, p. 252).

O intelectual do Partido sabe em que direção suas memórias precisam ser alteradas; em consequência, sabe que está manipulando a realidade; mas, graças ao exercício do *duplimentamento*, ele também se convence de que a realidade não está sendo violada. [...]O *duplimentamento* situa-se no âmago do Socring, visto que o ato essencial do Partido consiste em usar o engodo consciente sem perder a firmeza de propósito que corresponde à total honestidade. Dizer mentiras deliberadas e ao mesmo tempo acreditar genuinamente nelas; esquecer qualquer fato que tiver se tornado inconveniente e depois, quando ele se tornar de novo necessário, retirá-lo do esquecimento somente pelo período exigido pelas circunstâncias; negar a existência da realidade objetiva e ao mesmo tempo tomar conhecimento da realidade que negamos — tudo isso é indispensavelmente necessário (ORWELL, 2009, p. 252).

Na visão de Sandra Regina Martini Vial,

“A Novilíngua aparece como um instrumento de dominação ideológica. [...] O grande Irmão, ao reduzir drasticamente, a complexidade da linguagem, banaliza e impõe um padrão massificado de comunicação interior e exterior. [...] o objetivo é criar seres que não saibam se

comunicar com o resto da humanidade. Sob este aspecto, a força do poder vai além da simples ignorância produtiva, chegando à completa desconsideração da condição humana.” (VIAL, 2008, p. 191)

A narrativa de Orwell representa um espelho da sociedade moderna e do que ela pode vir a se tornar caso não se saiba lidar com as tecnologias e o poder que pequenos grupos têm sobre a maioria da população. As relações interpessoais e as relações de poder em 1984 encaixam perfeitamente no contexto atual. As pessoas estão tomadas por uma raiva cega daquilo que é diferente, simplesmente porque quem está no poder diz que deve comportar-se de tal maneira. Elas simplesmente aceitam. Além disso, Blair faz pensar sobre o exercício do poder, como as pessoas que têm o domínio da sociedade lidam com o poder, tema também explorado em outra grande obra do autor, A Revolução dos Bichos. Outro tema importante e que aparece de forma clara na história é a questão da vigilância. O tempo todo, todos estão sendo vigiados, seja pelo governo, seja pelos próprios pares. A sociedade orwelliana traz uma série de questionamentos contemporâneos à medida em que se apresenta como uma obra moderna e atemporal.

Ao mostrar como a sua sociedade imaginária lidou com o mundo pós-guerra, Orwell dá uma grande lição sobre como a sociedade pode lidar com os problemas políticos e sociais hoje. A obra tornou-se um clássico não tanto pela história que conta, mas pelo que ela representa, pelo cuidado do autor em demonstrar de forma tão clara seu posicionamento político em relação às questões da época. Além disso, pela qualidade de sua denúncia política e as questões que aborda, tornou-se uma obra atemporal de referência.

1984 é um passado que prevê o futuro que hoje já é passado. Apesar disso, seus temas e discussões continuam cada vez mais atuais. Na narrativa, o direito aparece em dois momentos: em negação total, especificamente quando é dito que não há leis; ou em afirmação excessiva quando o indivíduo é suprimido em todas as suas características humanas e faz com que vivam em função da manutenção do poder do Grande Irmão. Esse cenário é característico das distopias onde o ordenamento jurídico aparece entre extremos: da arbitrariedade

máxima à imagem de uma sociedade tomada pelo caos. Ao parar para pensar sobre o direito, apresenta-se uma conceituação:

O direito contém, ao mesmo tempo, as filosofias da obediência e da revolta (...). Assim, de um lado, protege-nos do poder arbitrário, exercido à margem de toda regulamentação, salva-nos da maioria caótica e do tirano ditatorial, salva-nos da maioria, dá a todos oportunidades iguais e, ao mesmo tempo, ampara os desfavorecidos. Por outro lado, é um instrumento manipulável que frustra as aspirações dos menos privilegiados e permite o uso de técnicas de controle e dominação que, por sua complexidade, é acessível apenas a uns poucos especialistas. (FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio, 2015, p.11).

O direito serve para regular as relações sociais humanas, garantindo a todos uma convivência pacífica. Entretanto, seus mecanismos podem ser usados para o privilégio de uma minoria que detém poder (econômico, político, etc.) agindo apenas para a perpetuação de seus próprios privilégios em detrimento dos interesses das minorias.

A literatura trás para o direito uma sensibilidade que lhe é estranha. Ela mostra toda a grandeza e miséria do ser humano. Para o conhecimento jurídico a interpretação de obras como *1984* de Orwell mostra-se importante na medida em que, tendo em vista que o conhecimento é produzido a partir do saber teórico aliado à prática, a obra literária proporciona este último. Ela traz a sensibilidade das questões humanas que devem ser levadas em consideração quando da aplicação das normas jurídicas. O direito lida com questões temporais, mas a racionalidade jurídica necessita da estrutura do universal para compreender os conflitos sócio jurídicos.

## **5 CONTROLE SOCIAL E A MANUTENÇÃO DA ORDEM ESTABELECIDADA**

### **5.1 AS TEORIAS DO CONTROLE SOCIAL**

Neste capítulo será tratada a questão do controle social, da sua necessidade às formas e mecanismos pelos quais se exercem, passando por suas finalidades e fundamentos. Este é um dos conceitos centrais do trabalho, tornando necessário estabelecer o que se entende por ele e a teoria que o fundamenta, a fim de relacioná-lo, então, com a teoria apresentada por Michel Foucault, uma das principais bases teóricas para a presente monografia.

O termo tem essencialmente duas acepções distintas, que funcionam como uma via de mão dupla. A primeira, ligada às áreas de Gestão Pública e Ciência Política, diz respeito ao controle da sociedade para com os atos da Administração Pública, ou seja, é o controle sobre os processos de tomadas de decisões que influenciam diretamente a vida em sociedade. Na outra via, diante da acepção da Sociologia Jurídica, que passou a estudar o assunto a partir do final do século XIX, tem-se a relação em sentido contrário, o controle social diz respeito aos “meios que aplica a sociedade para pressionar o indivíduo a adotar uma convivência pacífica” (SABADELL, 2013, p. 127).

O controle está ligado ao processo de socialização que orienta o indivíduo e está relacionado aos conceitos de dominação política e poder, que criam a ordem social e integram os indivíduos. Para Ana Lúcia Sabadell (2013, p. 127), até um simples expressar de ideias particulares por um indivíduo é uma forma de exercício de controle. Assim, instituições como escola, família e mídia são atores dessa atividade, ou seja, o controle pode ser exercido por qualquer pessoa. Ele surge então como uma forma de a própria sociedade se organizar, dizendo respeito a um conjunto de diversos recursos materiais e simbólicos que ajudam a manter a ordem na sociedade, garantindo que os indivíduos se comportem da maneira desejada e prevista de acordo com as normas sociais vigentes. É, dessa forma, um meio de coibir as ações que transgridam as normas socialmente impostas.

O controle social atua de forma a moldar a conduta do indivíduo aos padrões de comportamento dominantes e para isso assume diversas formas. Ana Lucia Sabadell, em seu *Manual de Sociologia Jurídica* (2013), apresenta essas formas através de classificações.

O sistema de controle pode atuar de forma positiva ou negativa. A primeira, quando atua através de incentivos e prêmios àqueles que seguem as regras, persuadindo sobre os indivíduos através de conselhos. A segunda está presente no momento em que o comportamento considerado socialmente nocivo ou indesejável é reprovado e sanções são aplicadas ao infrator. Esta última consegue agir em duas frentes: coage o infrator e intimida os demais.

Pode ainda o controle ser externo ou interno. É externo quando exercido por outrem, pela família, escola ou o Estado mediante suas instituições. Pode ser interno quando a própria pessoa assume os comportamentos requeridos socialmente, agindo com autocontrole. Assim, conforme Ana Lucia Sabadell (2013, p. 130), autocontrole não tem nada a ver com a livre vontade, mas com o condicionamento que é realizado pelos mecanismos de controle social.

Um dos primeiros estudiosos a falar sobre o tema foi Edward Alshworth Ross em seu livro *Social Control: A Survey of The Formation Order*, publicado em 1901 a partir de textos publicados em 1896 e 1898. Para o autor, controle social não é um fato biológico ou natural, ou algo pré-existente aos indivíduos, mas algo construído socialmente à medida que a sociedade se desenvolve e por isso, é cultural (DE MORAES; BERLATTO, p.1). Assim, as raízes de uma das facetas em que o controle se apresenta, o controle interno ou “autodisciplina”, segundo Ana Lúcia Sabadell (2013, p. 130), “não se encontram na livre vontade do indivíduo, mas sim no condicionamento realizado por meio de mecanismos de controle social”.

As sanções exercidas pelo controle podem ser formais ou informais a depender do grau de organização da sociedade. Essa classificação coaduna-se com as ideias de Sutherland, que vê nas sociedades capitalistas modernas



caracterizadas pela mobilidade a necessidade dos dois tipos de controle, tanto o informal, representado pela família, escola e outras instituições, quanto o formal, representado principalmente pelas instituições estatais. Já nas sociedades menos desenvolvidas, caracterizadas por grupamentos pequenos e homogêneos, apenas a presença dos controles informais é capaz de manter a organização social.

Esse controle exercido pelos próprios pares é o que Émile Durkheim conceituou como coerção moral, que abrange não só o controle realizado entre os indivíduos, uns em relação aos outros, mas alcança também as instituições criadas para o controle da sociedade e manutenção da ordem.

A relação fundamental entre a sociedade e os indivíduos passa pela coerção moral (devo fazer aquilo que a moral manda), pela educação (aquilo que o grupo espera de mim) e por amplos mecanismos de socialização (adesão às regras e costumes dos grupos). A sociedade exerce, para o autor, um controle social amplamente modulado, quer na forma sutil das regras morais, que devem ser ensinadas nas escolas, quer na forma mais bruta dos mecanismos punitivos estabelecidos pelo Direito e pelo Estado.

[...] nas sociedades primitivas, a consciência comum determinava os fatos da sociedade. Como a vida comunitária se processa por meio da similitude, os mecanismos de coerção são exercidos de forma imediata, violenta e punitiva. O exemplo paradigmático é o preceito do 'olho por olho, dente por dente'" (apud SOUZA, 2010, p. 95).

O controle social atua de forma a adaptar a conduta do indivíduo aos padrões de comportamento dominantes e para isso assume diversas formas.

Segundo Sutherland (1949, p.85), nas sociedades "pré-letradas e camponesas", quando os grupos eram formados basicamente por pequenas comunidades compostas por famílias (concebidas de maneira ampla abrangendo todos aqueles parentes consanguíneos que viviam ao redor do indivíduo), as influências sobre as pessoas eram harmoniosas e coerentes, sendo a família o mecanismo mais eficaz de controle. Dessa forma, ele acredita que os comportamentos individuais eram sempre previsíveis, pois havia um padrão a ser seguido dentro da comunidade. Além disso, os efeitos dos comportamentos dos indivíduos que compunham esses grupos eram mais facilmente sentidos pelos demais, o que fazia com que o controle fosse exercido

de forma constante e direta por todos. Ou seja, estando o indivíduo imerso em um grupo social que compartilha os mesmos valores, ele será menos propenso a delinquir, visto que os estímulos que recebe são homogêneos, além de ter o seu grupo funcionando para reprimir eventuais comportamentos desviantes. É esse tipo de sociedade que representa o estado de organização social. Além disso, estando inserido numa comunidade pequena, o controle poderia ser exercido mais eficazmente pelos seus próprios pares.

Dentro desse [sic] grupo não se cometiam quase crimes, e os crimes ocasionais limitavam-se principalmente aos crimes cometidos por não residentes sobre [sic] os membros do grupo, ou crimes cometidos por membros do grupo sobre [sic] pessoas que não o eram. Os padrões da sociedade política externa pouco significavam dentro desse [sic] grupo e a lealdade nacional não era importante (SUTHERLAND, 1949, p. 86).

O oposto desse estado organizado é observado nas sociedades modernas nas quais os indivíduos estão constantemente expostos a vários estímulos e valores diferentes advindos de todos os lugares. Tem-se então o estado de desorganização social, no qual as influências deixam de ser harmoniosas e uniformes. Segundo Dewey, “[o] indivíduo submete-se agora a muitos esquemas contraditórios de educação. Daí resulta que os hábitos se dividem contra os outros, a personalidade se rompe, o esquema de conduta se confunde e desintegra” (apud SUTHERLAND, 1949, p. 86). O autor relaciona a questão da identidade de valores dentro de uma comunidade com o estado de organização ou desorganização social dessa comunidade.

Nas sociedades modernas, a coerção é mediada por mecanismos formalizados (a educação, o Direito, os valores). A quebra de algum preceito moral não implica em resposta vingativa (vendeta) por parte da sociedade, nem requer uma resposta imediata e violenta (castigo). Ao contrário, a coerção é modulada e distribuída de diferentes formas pelo corpo social (SOUZA, 2010, p. 2010).

Com as Revoluções Francesa e Industrial, criou-se um sistema de capitalismo e competição. Com o desenvolvimento da maquinaria, as cidades começaram a se desenvolver ao redor de fábricas e praças de mercado. Nesse contexto, a atividade econômica começou também a se desenvolver e crescer cada vez mais o que gerou revoltas contra as restrições tradicionais ao comércio.

Com isso, um sistema de competição livre ergueu-se e foi acompanhado de uma ideologia individualista. A partir daí, passou-se a crer que o bem social é atingido quando todos buscam somente seus próprios interesses egoísticos (SUTHERLAND, 1949, p. 87).

As ideologias surgidas pós-Revoluções Industrial e Democrática eram contrárias ao controle exercido sobre a atividade econômica e buscavam governos fracos. O crescimento da competição entre os indivíduos teve grande influência nesse novo cenário. As restrições tornaram-se intoleráveis, o que fez com que buscassem cada vez mais enfraquecer o governo.

Para Sutherland (1949), a ideologia individualista era útil para o enfrentamento do sistema fixo do período feudal e do absolutismo, “[entretanto] o individualismo não é um princípio positivo de organização social” (p. 88). Esse tipo de pensamento dificulta a organização da sociedade e valoriza os interesses pessoais em detrimento do bem comum. O desejo de luxo, riqueza e dinheiro ganho fácil foi aflorada pelo sentimento de competição. Com a extinção da nobreza, as barreiras que impediam a ascensão social desapareceram e todas as classes passaram a perseguir esses novos valores, antes restritos à classe nobre (SUTHERLAND, 1949, p. 90).

Assim, “[...] tornou-se evidente, já nos primórdios do sistema capitalista, que a grande fortuna não se adquiria pelo trabalho manual, mas sim por meio de manejos sociais [...]” (SUTHERLAND, 1949, p. 90). A partir desse pensamento, o autor faz uma analogia entre o dinheiro ganho fácil por meio de especulação, no sistema capitalista, e o que ele acredita ser o incentivo para o crime.

Nos primeiros anos [sic], a especulação feroz sobre [sic] bens imóveis e nos últimos anos, a especulação feroz sobre o mercado de títulos foram expressões desse [sic] desejo de dinheiro ganho facilmente. O crime constitui frequentemente uma semelhante expressão especulativa do desejo pelo dinheiro ganho sem muito esforço [sic]. (SUTHERLAND, 1949, p. 90)

Sutherland vê na mobilidade o elemento central da desorganização social e acredita que ela enfraquece o sistema de controle social anteriormente estabelecido nas comunidades.

O elemento universal e mais significativo no processo de desorganização social é a mobilidade. A mobilidade de pessoas e utilidades amplia inevitavelmente [sic] a área dentro da qual o controle se torna necessário e ao mesmo tempo inevitavelmente [sic] enfraquece os agentes locais de controle nas comunidades que recebem imigrantes (SUTHERLAND, 1949, p.94).

Assim, partindo do pensamento de Sutherland, chega-se à conclusão de que nas sociedades atuais, devido a fatores como a mobilidade social, a competitividade e o conflito social gerados pelos sistemas capitalistas, o controle social informal exercido pela família perdeu gradativamente sua eficácia o que fez com que novos mecanismos de controle fossem utilizados a fim de manter a ordem e a organização social. Dessa forma, os mecanismos de controle social informal deram lugar às instituições formais de controle representado principalmente pelo Estado que tomou para si o monopólio da força a fim de garantir a pacificação social.

A finalidade do controle depende da perspectiva utilizada para estudá-lo. Sob a ótica liberal-funcionalista, a finalidade do controle é impor regras a fim de manter a coesão social diante de comportamentos desviantes. Assim, diminui-se o conflito social e o convívio pacífico é garantido. O interesse em uma vida social ordenada aceita o controle como legítimo e necessário desde que regras e limites sejam respeitados (SABADELL, 2013). Esta perspectiva baseia-se em uma “política liberal e democrática de controle social” que se guia por quatro princípios: que o bem-estar seja maior que o observado antes da implementação do controle; limitação da intervenção ao necessário; criação democrática dos instrumentos de controle; e responsabilização dos agentes de controle (SABADELL, 2013, p. 131).

Através da teoria do conflito social, entretanto, o olhar sobre o mesmo objeto chega a conclusões diversas. As abordagens teóricas que se baseiam na teoria do conflito, principalmente de bases marxista ou weberiana, analisam os

conflitos internos na sociedade como centralizados em grandes desigualdades, principalmente relacionadas a classe social, gênero, raça e etnia. Para Giddens e Sutton “[a] cobiça por **poder** [sic] e riqueza, as desigualdades sociais e as tentativas de obter *status* [sic] levaram à formação de grupos sociais distintos com interesses e identidades em comum que buscam esses interesses contra outros” (2017, p. 312).

A partir dessa perspectiva, vê-se o sistema de controle social como fundamentado na concentração de poder econômico e político, tendo como seu objeto os comportamentos que agredem a ordem estabelecida. Dessa forma, entende-se que, baseado num estado de inércia, o sistema funciona para favorecer os interesses da minoria que detém poder e riqueza, enquanto atua principalmente sobre as camadas mais carentes da população. Pode-se dizer então, conforme Ana Lúcia Sabadell (2013, p. 131) que as regras sociais não exprimem a “vontade geral” nem são democráticas e a favor da sociedade, como almeja ou alega a teoria liberal. Ao contrário, são criadas para manter o status quo social contribuindo para que o poder permaneça onde está.

A existência de grupos sociais desiguais com interesses divergentes e conflitantes gera um sistema de controle institucionalizado que serve como meio para garantir as relações de poder que são sempre assimétricas, inexistindo reciprocidade nas relações. O poder apresenta-se então na sociedade como um dos mecanismos de controle social, ao lado do direito e da burocracia (SABADELL, 2013, p.132). O primeiro utiliza-se destes para manter o controle social. O exercício do controle pressupõe a existência de um poder sobre as outras pessoas (mesmo que limitado).

Nas sociedades modernas, desenvolvidas sob o sistema capitalista, a forma mais concentrada do poder é o Estado, que atua como o principal agente de controle social. Baseado na definição de Weber, o poder pode ser entendido como a “possibilidade de uma pessoa ou instituição influenciar o comportamento de outras pessoas” (SABADELL, 2013, p. 132). Essa definição pressupõe a existência de dois elementos centrais, quais sejam, a relação de desigualdade e

a chance de obediência. Para o exercício do poder de controlar é necessário que exista uma relação assimétrica entre os indivíduos, haja vista que um dos polos imporá sua vontade sobre o outro.

Nessa perspectiva, quanto mais forte o poder, mais contundentes serão os meios de coerção e quanto mais forte o consenso sobre o poder, mais provável o cumprimento de suas ordens. Apesar disso, “o poder não pode ser mais do que uma probabilidade de imposição de mandamentos” (SABADELL, 2013, p. 133). No seio da sociedade, opiniões e interesses são sempre divergentes e criam tendências à desobediência, mesmo que o poder seja “forte, eficiente e legítimo” (SABADELL, 2013, p. 133). Nem na modernidade, com seu Estado detentor da força e único responsável pela efetiva coerção para o cumprimento das regras legais, o máximo que se pode esperar é uma probabilidade de obediência. Nunca existiu poder absoluto, haja vista que casos de insubmissão são sempre identificados.

O poder pode se manifestar de diversas formas, sendo considerado plurifacetado (SABADELL, 2013). Pode apresentar-se através da força, da coação, da influência, da autoridade, da manipulação, etc. Pode ainda alcançar seus objetivos através do silêncio e da indiferença, sendo omissor. É também pluridimensional (SABADELL, 2013), visto que atua em várias frentes ao mesmo tempo.

Max Weber apresenta uma classificação dos tipos de dominação de acordo com os tipos de poder legítimo em que se funda aquela. O poder tradicional é baseado em costumes antigos de um povo e que são consagrados através do tempo. Esse poder impõe o dever de obediência aos chefes da comunidade, sendo encontrado em grupos pequenos como família, clã ou feudo. O poder carismático baseia-se nas virtudes pessoais e qualidades quase sobrenaturais do indivíduo que é admirado por todos. É o exemplo do rei-guerreiro. Além destes, existe ainda o poder legal, no qual a validade das regras pré-estabelecidas é o que lhe dá legitimidade. Esse poder cria um sistema de poder mais estável, em que obediência é à regra e não à pessoa. Na

modernidade, a dominação do Estado é legitimada por este último. O Estado moderno concentra e monopoliza o poder legítimo, regulando seu próprio poder bem como o exercício de outros poderes através dos ordenamentos jurídicos.

Assim, o controle existe, teoricamente, para manter a organização do grupamento social. Entretanto, Albert Cohen acredita que a transgressão existente dentro de um grupamento social não necessariamente implica na desorganização desse grupo (1968, p. 32), pois cada sociedade é capaz de suportar certa medida de transgressão sem sucumbir e voltar ao estado de natureza. Atos de transgressão ou inconformismo às regras impostas não precisam ser encarados sempre como um problema. Partindo do contratualismo de Hobbes, que vê no homem um ser inclinado a buscar suas paixões, mesmo que isso implique na destruição de seus pares; bem como as ideias da Escola Psicanalítica que divide a consciência humana em *id* (responsável pelos impulsos), *ego* (controla o *id*, faz o ser humano pensar duas vezes antes de agir) e o *superego* (consciência moral), Cohen acredita que a transgressão é fruto dos impulsos humanos dos indivíduos que formam a sociedade (1968, p. 14).

Um dos mais importantes filósofos da modernidade, Michel Foucault analisou a forma como o poder transformou-se desde a Idade Média até a Modernidade. O autor analisou principalmente o poder disciplinar que é exercido de forma difusa e fragmentada nas escolas, famílias, fábricas, prisões, hospitais e etc. Segundo ele, a sociedade é um aglomerado de poderes diferentes que visam moldar o comportamento humano através de intervenções pontuais. Assim, todas as formas de poder têm um ponto em comum: buscam educar os indivíduos a comportar-se de acordo com os modelos sociais (SABADELL, 2013, p. 136). Assim, através do que ele chama de “tecnologias do poder”, o poder disciplinar incute no indivíduo o aprendizado para que este passe a agir de determinada forma e adquirir determinados hábitos, sendo então mais eficaz que o poder legal.

Assim, tendo em vista que o poder tem importante papel no sistema de controle social da modernidade, mister que seja feita então uma análise sobre

ele e em razão da grandiosidade de seus estudos e a grande contribuição para o tema, foi escolhida a perspectiva de Foucault sobre o poder, disciplina e vigilância a fim de situar o controle social na sociedade distópica de 1984.

## 5.2 O BIPODER COMO FORMA DE CONTROLE SOCIOJURÍDICO

Um dos maiores filósofos contemporâneos, Michel Foucault dedicou grande parte de seu trabalho acadêmico à observação e descrição do funcionamento do poder na sociedade. Desde o poder soberano até os dispositivos modernos de segurança, Foucault é conhecido por suas análises acerca da evolução dos mecanismos de poder, tendo dado grande contribuição aos estudos sobre essa temática e inspirado filósofos posteriores.

O conceito de controle social na filosofia de Foucault apresenta-se inserida nas teorizações que ele faz sobre o poder. As discussões que ele faz acerca da dinâmica do poder dentro da sociedade estão sempre ligadas à questão dos indivíduos a fim de adequar seus comportamentos à ordem instaurada, haja vista o poder ser considerado um mecanismo de realização do controle social.

Para Foucault “[o] poder não é uma coisa em si, mas um conjunto de relações e procedimentos que procuram manter o poder” (2008, p. 4). Ele não é bom ou ruim em si mesmo, ele “está”. Além disso, “o poder opera de modo difuso, capilar, espalhando-se por uma rede social que inclui instituições diversas como a família, a escola, o hospital, a clínica” (FURTADO, CAMILO, 2017, p. 35). Para Foucault, o poder está sempre associado a alguma forma de saber. Dessa forma, “exercer o poder torna-se possível mediante conhecimentos que lhe serem de instrumento e justificação” (FURTADO, CAMILO, 2017, p. 35). Durante os anos de 1971 a 1979, o filósofo francês dedicou-se à análise e descrição dos dispositivos de poder centrados no governo do corpo. A partir da noção de *biopoder* criada por ele, o autor passa a desenvolver seu pensamento sobre a forma como o poder tem sido exercido na sociedade.



Esse controle que é exercido sobre os corpos dos indivíduos a partir da Idade Moderna a fim de normalizá-los<sup>5</sup>, criando corpos dóceis e úteis, Foucault denomina de *biopoder*. Essa tipo de exercício do poder surge dessa forma, mas acaba por evoluir e, influenciado pelo capitalismo crescente da época, transmuta-se. Trata-se da evolução do modelo disciplinar para a biopolítica, conceitos que serão tratados posteriormente.

Em *Segurança, território, população*, Foucault define o biopoder como sendo

o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Trata-se da utilização das instâncias biológicas do ser humano a fim de controlar os indivíduos, passando o biológico a ser um dos eixos para o poder ser exercido.

Esse poder surge quando percebe-se que o poder monárquico (soberano) se tornou custoso e pouco eficaz (CASTRO, 2009, p. 110). Até o século XVII, o poder soberano funcionava sob a lógica de fazer *morrer e deixar viver*, infligindo seu poderio sobre os súditos através dos castigos, a ameaça de morte, impondo-se pelo terror. No entanto, a partir daquele século, tem-se uma nova

---

<sup>5</sup> Os conceitos de norma e normatização são de extrema importância para que se entender o pensamento do filósofo francês haja vista assumirem significados diversos do que têm normalmente. Em Foucault, a “norma” tem o sentido de normalidade, “significa dizer, sujeitar os corpos a um padrão considerado normal (o alcance da *homeostase*). Trata-se de uma sociedade normalizadora, e seu funcionamento é baseado nos chamados *dispositivos de segurança*, que consubstanciam, no plano teórico, as técnicas de intervenção biopolítica.” (HACHEM; PIVETTA, 2011, p. 347). Dessa forma, “normatizar” tem o condão de fazer certos comportamentos serem considerados normais. É o que Foucault fala quando discute sobre a questão da sexualidade em *História da Sexualidade*. Ao longo do texto, ele discorre que a partir da Modernidade houve um esforço para tornar a heterossexualidade a “norma” social, ou seja, para que esse tipo de comportamento sexual fosse considerado o normal, em detrimento de outras formas de sexualidade. Assim, norma é normatização, no estudo desse filósofo, assumem o sentido de normalidade e fazer com que certos comportamentos sejam considerados normais.

configuração de poder, na qual incluem-se os processos biológicos no poder soberano (FURTADO; CAMILO, 2017, p. 36). Passa-se a *fazer viver ou deixar morrer*, tendo em vista a necessidade de domesticar e docilizar os corpos. Dessa forma, a preocupação passa a ser fazer com que as pessoas vivam, porém de acordo com as normalizações estabelecidas pelo poder através de mecanismos ligados às questões biológicas, gerando retorno e criando corpos úteis e dóceis.

Nesse sentido,

O poder que assim se exerce atua não mais em termos de confisco, subtração, extorsão, tal como se passava no regime de soberania. Agindo sobre a vida, ele visa ao seu contínuo e incansável melhoramento, multiplicação, incitação (Foucault, 1976/2010<sup>a</sup> apud FURTADO; CAMILO, 2017, p. 36).

[Foucault] contesta a ideia consagrada segundo a qual o poder [moderno] agiria por meio da supressão, da repressão, coibindo e impedindo a manifestação de condutas indesejáveis. Ele atuaria, ao contrário, de maneira a produzir, incitar comportamentos. A sociedade ocidental teria menos reprimido os sujeitos, que os levado a emitir certos padrões de resposta (Foucault, 1976/2010a). [...] O poder sobre a vida instala-se como modo de administrar populações, levando em conta sua realidade biológica fundamental. (FURTADO; CAMILO, 2017, p. 35).

A nova forma de controle, que agora é exercida sobre o indivíduo, surge como um aprimoramento do que já era praticado pelo Estado Monárquico na Idade Média. A partir do desenvolvimento dos meios de produção e a nova estruturação social, é necessário que o poder sofra uma reorganização na forma como é exercido. O poder soberano passa a ser visto como ultrapassado.

O biopoder, enquanto forma de controle dos indivíduos e sociedades, divide-se em dois eixos assumindo assim duas formas: a *disciplina*, que trata do controle dos corpos dos indivíduos, uma “anatomopolítica” do corpo humano e a *biopolítica* que trata do governo da população, numa normalização da vida biológica. Na primeira forma, o biopoder serve para o adestramento dos corpos, a fim de ampliar suas forças, tornando-os mais úteis quanto mais docilizados. “Dessa maneira, será possível subjugar-lo ao contingente de tecnologias e operações de que depende o funcionamento social” (FURTADO; CAMILO, 2017, p. 37).

A *biopolítica*, por outro lado, atua sobre a população e seus fenômenos característicos. “Regula e intervém sobre taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, longevidade” (FURTADO; CAMILO, 2017, p. 37). Pode ser compreendida como uma “tecnologia de governo através da qual os mecanismos biológicos dos indivíduos passam a integrar o cálculo da gestão de poder” (HACHEM; PIVETTA, 2011, p. 343). Ao contrário da disciplina, esta forma de poder sobre os corpos não individualiza, mas massifica os homens.

[...] a “disciplina” não pode identificar-se nem com uma instituição nem com um aparato; é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de objetivos; é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia (FOUCAULT, 2010, p. 203 apud CASTRO, 2017, p. 92).

Os mecanismos da biopolítica são desenvolvidos a partir de um saber-poder. Para Foucault, saber e poder estão sempre andando juntos à medida em que “determinado conjunto de conhecimento tem o condão de gerar um regime de poder, assim como um regime de poder só se mantém através de um saber que lhe dê amparo” (FONSECA, 2002, p. 92 apud HACHEM; PIVETTA, 2011, p. 343/344). Nas chamadas “sociedade de segurança”, onde técnicas de biopolítica estão inseridas na forma de governar, houve uma valorização do saber ligado às áreas da medicina e da estatística, o que permitiu ao Estado atuar biopoliticamente.

É através deles que o biopoder é instrumentalizado, permitindo que o Estado atue biopoliticamente<sup>4</sup>. A ordem jurídica integra-se cada vez mais ao conhecimento médico, promovendo uma intervenção reguladora na vida dos indivíduos (FOUCAULT, 1988, p. 135 apud HACHEM; PIVETTA, 2011, p. 346).

Essa forma de poder surgiu a partir do final do século XVIII e início do século XIX com as transformações políticas e econômicas da época. Corre uma espécie de evolução da sociedade disciplinar à sociedade da biopolítica. A disciplina, com seu adestramento dos corpos, passa a atuar sobre os indivíduos agora tidos como “corpo-espécie” (FURTADO; CAMILO, 2017, p. 37).

Nesse momento foi reajustada a forma de acomodação biológica que seria promovida pelo Estado, haja vista que o mero “adestramento dos

corpos”<sup>3</sup> não se mostrava mais suficiente para fazer frente às novas exigências do capitalismo que emergia. Aliás, os novos mecanismos biopolíticos revelaram-se indispensáveis para o desenvolvimento do modo de produção capitalista na medida em que os fenômenos populacionais eram equacionados aos processos de acumulação do capital – o fortalecimento dos homens era fundamental para que as forças produtivas [sic] pudessem expandir-se (FOUCAULT, 1988, p. 133 apud HACHEM; PIVETTA, 2011, p. 344).

A partir de então, a população passa a ser o elemento central e objeto das intervenções biopolíticas. Segundo Daniel Hachem e Saulo Pivetta, para Foucault “o problema político da modernidade se localiza exatamente na população” (2011, p. 345). Os fenômenos coletivos tornam-se o centro das atenções dessa forma de poder. Com os saberes desenvolvidos a partir da noção da população, o poder passa a interferir de maneira calculada na vida. Assim,

as ações estatais serão destinadas a fortalecer os sujeitos que integram a população, bem como combater os males que a podem atingir, de modo a assegurar o crescimento e fortalecimento ininterruptos das forças produtivas (GUANDALINI JUNIOR, 2006, p. 55 apud HACHEM; PIVETTA, 2011, p. 345).

### 5.3 A SOCIEDADE DISCIPLINAR E O PANÓPTICO

O poder disciplinar, característico do século XVIII, funciona a partir do que Foucault denomina de “recursos para o bom adestramento”, sobre os quais dedica um capítulo da obra *Vigiar e punir*.

Segundo Inês Lacerda Araújo, para Foucault, “a sociedade disciplinar, sociedade militarizada, corresponde à utopia de todo governante, que é ter, sob estrito controle, cada indivíduo inteiramente governável” (ARAÚJO, 2001, p. 76).

Na análise foucaultiana, a vigilância está inserida como um dos recursos para o bom adestramento dos corpos, ao lado da sanção normalizadora e do exame. Esses três instrumentos compõem a base para o exercício do poder na Modernidade, que é chamado pelo autor de poder disciplinar. Por meio da observação dos indivíduos através de mecanismos de vigilância, é possível

produzir saberes sobre os objetos de observação, permitindo o melhor adestramento de seus corpos. Assim, “[...] poder e saber são coadunados de forma a propiciar um controle ainda mais contundente, perene e profundo” (MOREIRA, BARICHELO, 2015, p. 65).

A partir da noção de poder disciplinar, Foucault introduz o conceito de vigilância hierárquica, utilizando-se do edifício panóptico, idealizado por Bentham, para ilustrar a forma de funcionamento desse poder. Junto com a sanção normalizadora e o exame, a vigilância hierárquica apresenta-se como instrumento dessa nova forma de poder das sociedades ocidentais modernas. Castro (2017, p. 86) define disciplina, na perspectiva de Foucault, como sendo “conjunto de técnicas e procedimentos com os quais se busca produzir corpos politicamente dóceis e economicamente rentáveis”. “O *Panóptico* de Bentham é a figura arquitetural dessa composição” (FOUCAULT, 2010, p. 190).

Esse poder, entretanto, não surge de uma hora para outra. É construído e utilizado a partir diversas instituições espalhadas pelo corpo social. Os hospitais, as escolas, os exércitos, tudo funciona com base no controle dos corpos dos indivíduos. A partir de finais do século XVIII, os dispositivos disciplinares, já presentes em conventos e quartéis, passam por inúmeras transformações, disseminando-se por toda a sociedade. Já não servem mais somente para neutralizar agrupamentos inúteis e agitados, passam a cumprir uma função positiva: aumentar a utilidade dos indivíduos (CASTRO, 2017, p. 92). Essas instituições exercem uma função de controle que não coincide com a institucionalmente estabelecida. “A escola não só ensina, o hospital não só cura; exercem um controle indireto da existência, em particular a propósito do corpo, da sexualidade e das relações interpessoais” (CASTRO, 2017, p. 94).

O indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola (‘você não está mais na sua família’), depois a caserna (‘você não está mais na escola’), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão que é o meio de confinamento por excelência” (DELEUZE, 1992, p. 219).

Tem-se aqui uma visão política marcada pelo capitalismo, na medida em que o objetivo da disciplina é aumentar a força econômica do corpo e diminuir sua força política. É o que se via nas indústrias da época que se utilizavam desse tipo de controle e organização a fim de aumentar a produção e diminuir os imprevistos inerentes a esse tipo de atividade, mantendo os empregados sob sua vigilância e controle constantes.

Esse novo poder, do tipo disciplinar, dissemina-se pela sociedade através do que Foucault chama de “microfísica do poder”. Essa nova forma de disseminação do poder encontrada na sociedade ocidental moderna espalha-se pela sociedade não mais unilateralmente através da figura do soberano. Ela está dispersa pelo tecido social. As formas e as relações de poder estão presentes em tudo, em todos e entre todos. As instituições que cumprem não só as finalidades para as quais foram criadas, mas também atuam no controle do indivíduo. E até as próprias pessoas que internalizam o controle e passam a agir de acordo com ele e reproduzindo-o.

Como dito, Foucault enumera os instrumentos do poder disciplinar como sendo, a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. O primeiro refere-se à distribuição do espaço e do tempo que geram relações de poder (CASTRO, 2009, p. 112). Esse tipo de controle social, agindo sobre o espaço e o tempo, coloca cada sujeito em seu lugar específico para evitar a formação de grupos e facilitar o controle de frequências e ausências, determinando a localização exata de cada um e garante a qualidade do tempo de modo a não ser desperdiçado em atividades inúteis à instituição.

O segundo, sanção normalizadora, está ligada ao modo específico de castigar do poder disciplinar. O objetivo é normalizar, tornar conforme, adequar o corpo e o comportamento dos indivíduos.

Não se trata nem de expiar a culpa nem de reprimir, mas de referir as condutas do indivíduo a um conjunto comparativo, em diferenciar os indivíduos, medir capacidades, impor uma ‘medida’, traçar a fronteira entre o normal e o anormal (CASTRO, 2009, p. 112).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que homogeneíza, determina a individualidade. A técnica do exame resume-se à aplicação das duas anteriores, permitindo a criação e o estabelecimento do saber.

A vigilância apresenta-se nesse contexto como o principal instrumento da sociedade disciplinar. A definição dada pelo dicionário a essa palavra é o “estado de quem vigia, de quem age com atenção e precaução para evitar riscos e perigos; cuidado” (MICHAELLIS, 2018). Na sociedade moderna, a vigilância está espalhada por todos os cantos, desde câmeras de segurança, a scanners corporais, passando por identidades biométricas e os recentes escândalos de uso de dados pelo site *Facebook*. Pode-se dizer que a sociedade contemporânea é uma sociedade vigiada. Essa vigilância serve aos mais diversos interesses. Desde proteção e segurança nacional até à apropriação de dados pessoais dos usuários de sites por empresa para os mais diversos fins, ninguém está livre de ser visto pelo Grande Irmão moderno.

O discurso sobre a vigilância de Foucault apresenta-se no interior dessa sociedade do tipo disciplinar. O autor revisita a estrutura arquitetônica idealizada por Bentham em 1785, o panóptico, que foi concebido como um mecanismo de controle de prisioneiros, mas que poderia ser usado em várias outras instituições que tivessem como objetivo o controle dos indivíduos.

A estrutura arquitetônica circular era composta por uma torre central, ao redor das quais estavam as celas dos indivíduos com uma abertura para a torre a fim de possibilitar àquele que estivesse nela observar os que se encontravam no interior das celas. Essa forma estrutural permitia ao vigilante da torre central ver todos os que se encontravam na periferia do edifício, enquanto estes estão sozinhos em suas celas, sem contato com o mundo externo.

[...]esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo um a figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizados, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os

mortos – isso constitui um modelo compacto de dispositivo disciplinar. (FOUCAULT, 2010, p.187)

A partir da dissociação do esquema ver/ser visto, o edifício panóptico consegue implantar nos indivíduos a sensação constante de estar sendo visto, posto que não é possível saber se o vigilante da torre central encontra-se efetivamente em seu posto. Assim, apresenta como efeito negativo, evitar os aglomerados de pessoas que eram comuns em locais de encarceramento. Aquele trancado na cela “é visto, mas não vê; objeto de informação, nunca sujeito numa comunicação” (FOUCAULT, 2010, p. 190). Dessa forma, a ordem é garantida.

O panóptico consegue diminuir o número de vigilantes ao tempo que aumenta o número de vigiados. Trata-se então de automatização e desindividualização do poder, na medida em que se torna desnecessário o exercício atual e efetivo do vigiar, bastando apenas a representação da torre de controle, bem como não se tem conhecimento acerca de quem vigia.

Para Foucault, o efeito mais importante dessa forma arquitetônica é

“induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tende a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce: enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são portadores” (FOUCAULT, 2010, p 190).

A sensação de vigilância é incutida em todos e cada um, até que eles passam a ser vigias de si mesmos.

“O êxito do modelo depende da invisibilidade do poder de vigiar que se torna eficaz em seus resultados e economicamente eficiente em sua instrumentalização. Dado que o vigiado não pode ver se é efetivamente vigiado, porém é consciente dessa possibilidade, a vigilância se torna contínua em seus efeitos, ainda que seja descontínua em seu exercício. Desse modo, a relação de vigilância termina finalmente introjetando-se: cada um se converte no normalizador de si mesmo” (CASTRO, 2017, p. 95).



Dessa forma, conforme acredita Foucault, a disciplina é um tipo de poder, uma forma de exercê-lo. Os sistemas panópticos são meios pelos quais a disciplina é implementada na sociedade. Ao se tornarem instituições "leves" difundidas por toda a sociedade, passam a fazer penetrar em todos os ramos sociais a disciplina e, conseqüentemente, o poder daqueles que controlam o sistema. É uma forma mais difundida de controle social, em oposição do controle exercido nas quarentenas das cidades tomadas pela peste no século XVII ou o poder soberano em decadência naquela época.

Para Gilles Deleuze, as sociedades disciplinares entram em declínio a partir da Segunda Guerra Mundial. As instituições representativas desse tipo de exercício do poder passam a declinar e começam a dar lugar a novas formas de controle da sociedade. "São as *sociedades de controle* que estão substituindo as sociedades disciplinares" (DELEUZE, 1992, p. 220). Ele vê esse novo tipo de sociedade como uma espécie de evolução das sociedades disciplinares. A ideia por trás delas ainda é a mesma, mas os mecanismos se modificam à medida em que a sociedade evolui e o capitalismo cresce.

Em 1984, o controle é exercido pelo Grande Irmão através de aspectos físicos e psicológicos. Por meio de instituições como a Polícia do Pensamento e o Quarto 101 (ápice da tortura no Ministério do Amor), o Partido garante a ordem e mantém-se no poder.

O controle é exercido até mesmo em relação à realidade. Através do Ministério da Verdade, o governo produz verdades a fim de sustentar seus próprios mecanismos. Através da falsificação de notícias e outros escritos, o Grande Irmão apresenta à Oceânia o presente que mais lhe convém.

No mundo distópico de Orwell, a teorização foucaultiana do modelo disciplinar e da microfísica do poder apresenta-se principalmente nas instituições como a Liga Juvenil Antissexo e os Espiões que atuavam como instâncias de controle dos indivíduos, nos moldes teóricos propostos pelo filósofo francês. Essas instituições sociais, uma formada por jovens, a outra por crianças,

atuavam de forma a incutir nesses indivíduos a ideologia do Partido, fazendo-os submissos de seu poder. Os Espiões agiam não só como uma forma de divertimento das crianças, mas como uma forma de doutrinação e formação de pequenos detetives do Grande Irmão, capazes de denunciar aqueles que apresentassem qualquer sinal de rebeldia, mesmo que fossem seus pais.

O panóptico de Bentham também está presente. Através das teletelas o Grande Irmão faz incutir nos cidadãos a sensação de vigilância constante idealizada pelo modelo panóptico. Os cidadãos da Oceânia não têm certeza de que estão sendo vigiados a todo momento, mas têm as teletelas para lembrá-los de que o Grande Irmão “está de olho”. O controle desses dispositivos é feito pela Polícia das Ideias, mas não se sabe quem compõe essa polícia. Dessa forma, os indivíduos internalizam a vigilância das teletelas em si próprios e passam a agir de acordo com o que é esperado de cada um. A eficácia do poder passa para o outro lado, tornando cada vez mais barato o exercício da vigilância e do controle. O homem passa a ser seu próprio vigia.

Em seus estudos sobre os mecanismos de poder da sociedade moderna, Foucault vai além do que George Orwell conseguiu imaginar em seu futuro distópico de 1984. Orwell imagina uma sociedade na qual o controle social é realizado através de um poder disciplinar que age sobre cada indivíduo. Foucault avança em suas análises e consegue expandir ainda mais seus estudos, passa a discutir sobre outra forma de poder na sociedade ocidental moderna, a biopolítica. É como se a biopolítica agisse como uma forma de disciplina das populações, em oposição ao controle individualizante daquela.

#### **5.4 A SOCIEDADE PÓS-PANÓPTICA DE BAUMAN E O PANOPTISMO ATUAL**

A partir de um ponto de vista mais contemporâneo, a obra de Zigmunt Bauman, *Vigilância Líquida* (2013), em especial o capítulo intitulado “*A vigilância líquida como pós-pan-óptico*”, traz uma perspectiva atual sobre o tema da vigilância, mostrando ainda as novas formas do panóptico idealizado por

Bentham e Foucault. Bauman trata a ideia da vigilância sob o viés da modernidade líquida, entendendo a liquidez como uma flexibilidade, fluidez típica dos termos modernos, conceito consagrado no pensamento do autor.

Atualmente, vive-se a era pós-panóptico, na qual essa tecnologia do poder ainda é encontrada na sociedade, mas não nos mesmos termos indicados por seus idealizadores. Tem-se agora sinônimos do edifício panóptico espalhados em diversos cantos da sociedade. Para Bauman,

[...] o pan-óptico está vivo e bem de saúde, na verdade, armado de músculos (eletricamente reforçados, “ciborguizados”) tão poderosos que Bentham, ou mesmo Foucault, não conseguiria nem tentaria imaginá-lo; mas ele claramente deixou de ser padrão ou a estratégia universal de dominação na qual esses dois autores acreditavam em suas respectivas épocas; nem continua a ser o padrão ou a estratégia mais comumente praticados” (2013, p. 58).

O panóptico aparece na concepção de Bauman como um mecanismo físico para a vigilância, o que estaria em consonância com a modernidade “dura” em contraste com a “modernidade líquida” que apresentaria formas mais baratas e fáceis de aplicação do panoptismo. O “pós-pan-óptico” de Bauman (2013), não quer dizer que o panóptico esteja superado, mas que encontrou novas formas de apresentar-se. Não mais encontra-se no centro do sistema de controle social como seu principal mecanismo, mas foi afastado para outras partes “não administráveis” da sociedade.

O panóptico foi apenas movido de lugar. Deixou de ser a regra para o sistema de vigilância e controle e foi mandado para as partes “não administráveis” da sociedade, ou seja, prisões, campos de confinamento, clínicas psiquiátricas e outras instituições totais, conforme conceito de Goffman (BAUMAN; LYON, 2013, p. 58). Assim,

[...] as práticas de tipo pan-óptico estão limitadas a locais destinados a seres humanos categorizados na coluna dos débitos, declarados inúteis, plena e totalmente “excluído” – e onde a incapacitação dos corpos, mais que seu aproveitamento para o trabalho útil, é o único propósito por trás da lógica do assentamento (BAUMAN; LYON, 2013, p. 58).

Sendo utilizado nessas instituições, principalmente em prisões de segurança máxima, o panóptico apresenta resultados que poderiam ser considerados paradoxais.

Bauman e Lyon (2013) apresentam o estudo de Lorna Rhodes sobre as prisões de segurança máxima nas quais alguns dos presidiários são levados à automutilação como uma forma de tentar reverter os efeitos da vigilância. Entretanto, é aqui que a dominação atinge seu objetivo maior e faz com que os dominados façam o trabalho dos dominadores. Isso porque, conforme Bauman

A autoimolação e os danos infligidos aos próprios corpos, até o ponto da autodestruição, é o objetivo implícito ou explícito das técnicas pan-ópticas [sic] quando aplicadas aos elementos inúteis e totalmente inaproveitáveis (BAUMAN; LYON, 2013, p. 58).

Assim, o estudo de Lorna Rhodes sobre as prisões supermax apresenta os resultados já esperados e queridos pelo poder dominante.

Outro resultado do uso do panóptico atualmente tem relação com o mercado de consumo.

Esse é o lado suave do continuum[sic] da vigilância. No marketing de banco de dados, a ideia é induzir os alvos potenciais a pensar que eles contam, quando tudo que se quer é contá-los e, claro, traí-los para novas compras. Aqui, a individuação está claramente comodificada[sic]; se há um poder pan-óptico[sic], ele está a serviço dos marqueteiros, desejosos de induzir e seduzir os incautos (BAUMAN; LYON, 2013, p. 58).

Segundo David Lyon, apresenta-se um paradoxo no qual de um lado, o panóptico gera situações de “recusa e resistência que lutam contra a produção dos ‘corpos dóceis’ de Foucault” (BAUMAN; LYON, 2013, p. 57), enquanto do outro aparentemente a mesma ‘tecnologia do poder’, no sentido usado por Foucault, “seduz os participantes para uma conformidade atordoante, da qual alguns parecem pouco conscientes” (BAUMAN; LYON, 2013, p. 57).

No novo mundo moderno, as pessoas são influenciadas a carregar seus próprios panópticos pessoais e, mais ainda, lhes é atribuída a responsabilidade plena e incondicional de mantê-los em bom estado e garantir seu

funcionamento ininterrupto. É a metáfora do homem caramujo que Bauman utiliza para descrever essa nova forma de vigilância na qual o próprio vigiado faz o trabalho do dominador. Assim, segundo ele “os subordinados estão tão preparados para o papel de auto vigilantes que se tornam redundantes em relação às torres de vigilância do esquema de Bentham e Foucault” (BAUMAN; LYON, 2013, p. 61). Bauman faz uma comparação desse novo estado de subordinação moderna com o livro *Discurso da servidão voluntária* de Étienne de la Boétie.

No contexto da vigilância líquida é apresentado ainda o conceito do sinóptico incluso no contexto da sociedade pós-disciplinar, um neologismo cunhado por Thomas Mathiesen. Aqui, tem-se um “pan-óptico ‘faça você mesmo’” (BAUMAN; LYON, 2013, p. 70), onde muitos observam poucos, ao contrário do panóptico clássico onde poucos observam muitos. É, para Bauman, uma vigilância sem vigilantes. Repete-se aqui a metáfora do homem caramujo que carrega seu panóptico nas costas que nada mais é que o resultado do processo de subjetivação a partir da vigilância ininterrupta e da visibilidade que é poder-saber.

Tal como vejo, esse neologismo foi cunhado por Mathiesen com a intenção de captar o impacto exercido sobre a vigilância pela transformação muito mais geral que está ocorrendo na filosofia gerencial. [...] O que antes era visto como dever dos gerentes, a ser realizado à custa deles e por seu esforço, foi transferido para os *objetos* do gerenciamento (BAUMAN; LYON, 2013, p. 70).

O sinóptico atua de forma global e tem como aliado a voluntariedade de adesão, a partir do momento em que a vigilância começa a seduzir as pessoas, que mesmo sem saber o destino seus dados, contribuem voluntariamente para a formação da teia de saberes, para a sua visibilidade em relação à torre central. Bauman explica

Em vez de a necessidade caçar suas vítimas, agora é tarefa dos voluntários caçar as oportunidades de servidão (o conceito de “servidão voluntária” cunhado por Étienne de la Boétie teve de esperar quatro séculos até se transformar no objetivo comum da prática gerencial) (BAUMAN; LYON, 2013, p. 73).

Dentro do próprio direito, há a utilização legal da vigilância como forma de controle dos indivíduos. Tem-se aqui a discussão acerca do monitoramento eletrônico de condenados através da utilização de vigilância indireto pelo sujeito, que teve sua primeira aplicação em Albuquerque, New Mexico, EUA no significativo ano de 1984 (talvez Orwell estava certo afinal). É o homem-caramujo de Bauman trazido para a execução penal, através das tornozeleiras eletrônicas.

Para Maria Lúcia Karam, essa inovação “marca a incorporação dos avanços da revolução científico-tecnológica ao sistema penal, marca a entrada do poder punitivo na nova era digital, marca o surgimento da concreta e sombria perspectiva do controle total do Estado sobre os indivíduos” (2007, p. 4).

Esses dispositivos permitem o monitoramento de indivíduos a qualquer hora por agente invisíveis, à semelhança do Diretor do edifício panóptico de Foucault ou Grande Irmão de George Orwell. Os condenados ao regime semiaberto ou os investigados em prisão domiciliar, que recebem a “benesse” passam a ter em suas casas as instituições totais, tais quais o conceito de Goffman<sup>6</sup>.

O controle vai muito além. Espalha-se pelos mais diversos espaços privados e pelo espaço público. Ultrapassa os limites do sistema penal regular. Atinge não apenas os selecionados indivíduos que, processados perante a justiça criminal, cumprem o papel de “criminosos” (não necessariamente apenas os efetivamente condenados, bastando que figurem como réus em um processo penal condenatório). O monitoramento, introduzido com as pulseiras eletrônicas destinadas a controlar condenados cumprindo a pena e réus sob ameaça de sofrê-la, avança para outros campos(2) e se soma especialmente às disseminadas câmeras de vídeo, transformando todo o território em que se movem os indivíduos — processados, condenados, suspeitos ou não — em um espaço observado por invisíveis agentes do Estado, particulares a seu serviço,(3) ou quaisquer outros detentores de poder. O panóptico já não precisa se instalar em um lugar fechado, no interior dos muros da prisão, no interior da instituição total. O controle já pode estar por toda parte. A

---

<sup>6</sup> De um modo geral, esse conceito refere-se às instituições que têm como características o isolamento. Segundo Goffman, “Seu ‘fechamento’ ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais (2005, p. 16)

sociedade como um todo já pode ser a própria instituição total (KARAM, 2007, p. 4).

Não se trata de humanização da pena nem de alternativa bondosa à pena privativa de liberdade. Trata-se de mais uma técnica de controle, através de ilegítima intervenção no corpo do indivíduo, constituindo uma invasão desautorizada à privacidade.

Aqueles amedrontados pela sociedade dita de risco e famintos de segurança a qualquer custo não percebem que a disseminação de novas tecnologias para controle e vigilância aliadas ao enfraquecimento das normas de proteção à privacidade e o desejo de uma ilusão de segurança, combinados ainda com um crescimento desmedido do poder de punir do Estado, está aproximando as democracias ao totalitarismo (KARAM, 2007, p. 5).

[...] a aceitação da onipresente vigilância e do espraiado controle legitimam e incentivam um desvirtuado uso das tecnologias que, se fazendo acessíveis na era digital, podem se tornar ulteriormente incontroláveis se esse desvirtuado uso não for confrontado e freado por leis efetivamente respeitadoras e eficazmente garantidoras dos direitos fundamentais do indivíduo, pelo compromisso com o pensamento liberal e libertário inspirador das declarações universais de direitos e das Constituições democráticas e por sua inafastável supremacia, pelo decisivo repúdio, atuante questionamento e concreta contenção de qualquer forma de expansão do poder punitivo, pela permanente afirmação, pelo atento cultivo e pela constante solidificação do desejo da liberdade (KARAM, 2007, p. 5).

O que Orwell descreveu em seu *1984* e Foucault em *Vigiar e punir*, foi revisitado por Bauman que trouxe a visão da contemporaneidade para as questões de vigilância e segurança. O panóptico não está superado. A versão clássica do panóptico não é mais o mecanismo central do sistema de controle social, mas novas formas dessa tecnologia do poder surgiram com o tempo e o desenvolvimento da sociedade, dando lugar novas formas de panóptico como o sinóptico, o uso de mecanismos de monitoramento eletrônico de condenados e investigados, a utilização de dados pessoais de consumidores por empresas de marketing e até os smartphones. Essas novas formas utilizam-se dos princípios do panóptico clássico de Bentham e mostram-se em consonância com o atual estado das coisas. Assim, o panóptico, conforme Bauman, continua forte e bem

de saúde, apesar de sua forma clássica ter sido movido para as partes “não administráveis” da sociedade, tendo sido criadas novas formas, mais sutis e eficazes, para controle das massas e manutenção do *status quo* do poder.



## 6 IDENTIDADE E MEMÓRIA: MODOS DE RESSIGNIFICAR A SOCIABILIDADE HUMANA

Muitas vezes, lembrar tem o sentido de manter vivo algo que aconteceu, para que seja lembrado pelas presentes e futuras gerações ou para que não mais venha a ocorrer, já que uma característica marcante da memória é que ela abrange tanto a lembrança como o esquecimento (CUREAU, 2017, p. 113).

A pior forma de controle na Oceânia é a realizada pelo Ministério da Verdade onde o passado é alterado para que esteja sempre alinhado no presente aos interesses do Grande Irmão. Até mesmo Winston Smith, que mostra ter consciência dos mecanismos de controle perpetrados pelo Partido e tenta lutar contra eles, acaba por fazer parte desse sistema, trabalhando para o dito Ministério e contribuindo ainda mais para o domínio na Oceânia.

Esse tipo de controle exercido pelo Partido impede que a sociedade da Oceânia consiga criar a sua memória coletiva e, conseqüentemente, influencia de forma negativa na formação da identidade das pessoas enquanto um grupo social.

A formação do *eu*, segundo Mead (apud GIDDENS; SUTTON, 2017, p. 223), tem muito a ver com a interação social do indivíduo. Não é uma parte natural do ser humano que se desenvolve à medida que a pessoa se desenvolve, é fruto dos processos sociais pelas quais o ser passa. Dessa forma, para se estudar essa parte do indivíduo, é necessário também estudar a sociedade na qual ele está inserido. Assim, o *eu* é um antecedente necessário para a formação da identidade pessoal (GIDDENS; SUTTON, 2017, p. 223). A identidade de cada um tem a ver com a maneira como o indivíduo se enxerga, mas ao mesmo tempo tem a ver com as interações sociais que esse mesmo indivíduo experimenta ao longo da vida.

No processo de formação identitária, a memória serve como uma forma de lembrança de tradições e cultura e é através dela que se formam as identidades nacionais dos povos. A formação da memória coletiva é essencial

para a cultura, contribuindo para a formação da identidade tanto coletiva quanto individual.

A memória coletiva, por sua vez, ganha um peso maior, principalmente no campo da história, sendo ela um instrumento de poder, pois é através dela que os traços identitários de um povo podem ser definidos e minimamente conhecidos com objetividade (SILVA, 2017).

Segundo Sandra Cureau (2017, p. 112), a identidade cultural dá o sentido de pertencimento ao grupo, visto que funciona como um efeito da cultura. Assim, o compartilhamento desse sentido com os demais integrantes do grupamento gera um processo de diferenciação dos outros.

Para Stuart Hall (SILVA, 2011), a identidade é construída a partir da diferença. A identidade do nós é feita pela negação da identidade do outro. Ou seja, identidade que é diferente serve para reforçar os elementos da identidade de si mesmo. Nas palavras do autor, “[...] uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeitos de fronteira’” (SILVA, 2011, p. 106).

Hall afirma que quando o indivíduo se identifica culturalmente com determinada nação e apresenta-se como inglês ou galês ou indiano ou o que seja, faz isso metaforicamente, haja vista não ter esses traços impressos em sua carga genética (2006, p. 47). O que ele quer dizer é que a identidade é uma formação cultural, não um dado natural que é o indivíduo traz consigo ao nascer. É o produto de um processo de construção que se dá no seio social. Assim, ele afirma que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*” (2006, p. 48).

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...]. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidade. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são

contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2006, p. 51).

Assim, ao longo da história, viu-se a necessidade de resguardar o passado como uma lembrança para o futuro, seja ela positiva ou não. Os lugares de memória, como Auschwitz e Hiroshima, por exemplo, servem para lembrar a humanidade das atrocidades das quais o ser humano é capaz em busca de seus ideais.

Citando a lição de Régis Schlagdnhauffen, os 'lugares de memória funcionam principalmente na forma de *reminder* – índices de recordação, oferecendo, alternadamente, um apoio às falhas da memória, uma luta dentro da luta contra o esquecimento, ou até uma substituição silenciosa da memória morta' (CUREAU, 2017, p. 111).

Nesse sentido, a busca pela memória não serve ao passado, mas ao presente, ajudando a compreendê-lo e fazendo com que se pense melhor sobre o futuro. Tal função coaduna-se ainda com a função já demonstrada da distopia enquanto gênero literário que serve como alerta sobre o futuro. A memória coletiva e a formação da identidade de um povo não servem como forma de lembrança do passado. Ao contrário, servem à formação do presente e daquilo que se pretende para os anos seguintes.

Em 1984, desde o primeiro capítulo, é possível perceber o apego que Winston Smith tem com o passado. Pelo diário que o personagem começa a escrever, por seu apego aos objetos que o lembravam dos tempos pré-Grande Irmão. Por ter vivido justamente na época de ascendência do Grande Irmão ao poder na Oceânia, Winston parece sentir no passado uma forma de libertação das amarras totalitaristas do Partido. E o próprio personagem utiliza-se disso como uma forma de tentar a sua realidade atual.

O controle exercido pelo Ministério da Verdade é de tamanho poder que tira dos cidadãos até o senso de passagem do tempo. É o que se percebe quando o personagem principal, ao escrever em seu diário, não sabe precisar exatamente o ano em que escreve.

Recostou-se na cadeira. Estava possuído por uma sensação de absoluto desamparo. Para começar, não sabia precisar com certeza se estava *mesmo* em 1984. Devia ser por aí, visto que estava seguro de ter trinta e nove anos e acreditava ter nascido em 1944 ou 1945; mas nos tempos que corriam era impossível precisar uma data sem uma margem de erro de um ou dois anos (ORWELL, 2009, p. 17)

Mesmo assim, Winston tenta resistir até o final. Ao iniciar o diário, com suas memórias para as futuras gerações, o personagem passa ao leitor a esperança que ele carrega de que um dia a realidade será diferente. Winston percebe o passado como um aliado para que as coisas melhorem, e tem a noção de que um dia, o que ele vive, também fará parte de um passado e ajudará a Oceânia do futuro a se libertar do governo autoritário a que está submetida.

É nesse sentido e a partir dessa perspectiva que se deve enxergar a memória e a cultura de um povo como bens passíveis e necessitados de proteção jurídica. Com a nova noção de direito fundamental à memória, ainda recente no Brasil e na ordem jurídica brasileira, vê-se uma forma de resguardar esse novo bem jurídico. Esse novo direito “consiste no poder subjetivo do cidadão de exigir o acesso, uso, conservação e transmissão de sua história, de seu passado, englobando também as construções do patrimônio cultural da sociedade, ou coletividade, a qual integra” (SILVA, 2017).

A promoção do direito à cultura está presente em âmbito internacional na Declaração Universal de Direitos do Homem, especificamente nos artigos 22 e 27. Essa carta de direitos enuncia um novo núcleo de direitos que, conforme Francisco Humberto Cunha Filho (2015), é novo e delicado haja vista as múltiplas significações da palavra cultura. Um dos artigos promove uma abordagem mais ampla, enquanto o outro apresenta uma proteção mais restrita.

Em compreensão mais ampla tem-se o art. 22 da DUDH:

Todo o homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

A perspectiva estrita está presente no art. 27 da Declaração:

I) Todo o homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios.

II) Todo o homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

No primeiro, os direitos culturais relacionam-se com o modo de viver dos grupos humanos; no segundo, a proteção é voltada para núcleos mais específicos como a produção científica e literária.

Esses artigos da Declaração Universal de Direitos do Homem servem como um farol para as normatizações de cada país que faz parte da comunidade internacional. No Brasil, por exemplo, a Constituição Federal reserva uma seção específica para tratar o tema.

O art. 215, que inaugura a seção, traz:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

No artigo seguinte, tem-se a enumeração não taxativa do que o legislador constituinte considera como bens culturais que compõem o patrimônio cultural nacional. Veja-se:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A proteção do patrimônio histórico material e imaterial, bem como a promoção da cultura popular, apresentam-se assim como uma forma de manter

viva a memória do grupamento social e assim, fortalecer cada vez mais a identidade e a cultura populares.

[...] os bens patrimoniais servem para alimentar a ilusão de continuidade, e reivindicação patrimonial passa a ser um investimento identitário a ser transmitido: o que é material se transmuta em imaterial. O tempo presente é uma construção social: lembrar-se é, em grande parte, não esquecer. Nesse contexto, os bens patrimoniais servem de apoio à memória, uma vez que o passado só existe porque se apoia nos objetos que lhe estão ligados. A materialidade do patrimônio cultural está intimamente relacionada a fatores imateriais que o exercício da memória coletiva pretende associar à formação identitária dos membros da coletividade (CUREAU, 2017, p. 107).

A proteção do patrimônio histórico tem início com a Revolução Francesa, no século XVIII, quando, após a destruição de obras, monumentos, castelos e igrejas, foi expedida a “Instrução do ano II” que determinava que os bens fossem inventariados e conservados pelos administradores da República Francesa. Nesse sentido, André Chastel (apud CUREAU, 2015, p. 106) defende que esses bens veiculam uma simbologia que dá existência ao passado. Naquela época, patrimônio cultural e memória já eram conceitos que estavam relacionados.

Assim, a proteção do patrimônio material tem muito mais a ver com a preservação do passado e da história que os monumentos representam do que com materialidade em si dessas obras. Tanto é que muitos monumentos históricos, ganham mais importância para a população após serem destruídos, pois aquilo que eles representavam em sua materialidade passa a existir apenas no passado e na memória coletiva do povo.

Assim, conforme Stuart Hall,

[As identidades] Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios (SILVA, 2011, p. 109).

A formação de uma identidade cultural a partir da preservação dos direitos culturais e da cultura de um povo apresentam-se assim como uma forma de projeção do sentimento de pertencimento que ajuda os indivíduos a manter viva

a memória do passado não pelo passado em si, mas pelo que ele representa para o presente. É também para os cidadãos da Oceânia, uma forma de lutar pela humanidade perdida para o controle totalitário e o poder distópico do Grande Irmão.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da Literatura, mostra-se um grande aliado no estudo do direito. Tendo em vista suas semelhanças com o fazer jurídico, a literatura serve como uma forma de dar novos ares à interpretação e à hermenêutica jurídica. O direito, assim como a literatura, é produzido através da narrativa, cada um com suas peculiaridades e especialidades. O processo judicial faz-se pelo discurso, a partir da construção da palavra, ou seja, o instrumento do jurista, assim como do literato, é a palavra. Aquele precisa ter o domínio da palavra que é adquirido, primariamente, pela leitura. Assim, o estudo conjunto destas matérias contribui para o aperfeiçoamento do direito enquanto narrativa social.

Além disso, o contato do ser humano com a arte gera experimentação dos sentidos diferentes, gera conhecimento empírico que pode (e deve) ser aproveitado para repensar o direito. A leitura de uma obra literária gera sempre sensações múltiplas no leitor. No caso das distopias, especificamente, essas sensações servem para abrir os olhos de quem lê para a realidade das relações sociais que o cercam. Assim como as utopias, as narrativas distópicas mostram um futuro distorcido e funcionam para encorajar as pessoas a mudarem o presente a fim de atingir ou evitar os fins utópicos/distópicos apresentados.

O poder e o direito tornam-se distópicos a partir do exato momento em que passam a ser fins em si mesmos. A lei pela lei, sem justificativa de existência ou que não cumpre uma função social, perde sua razão. O direito é feito pelos homens para os homens e, ao perder este Norte tornando-se pura técnica jurídica, perde sua dimensão humana tornando-se distópico. Isso não significa, entretanto, que o fazer jurídico deve se distanciar do formalismo, mas que o formalismo por si só não garante a implementação de um direito justo.

A análise de *1984*, uma obra que já pode ser considerada clássica, gera incômodo, inquietação, revolta. O leitor sente a inquietação de Winston frente às barbáries do Grande Irmão. Ao fazer o paralelo entre a narrativa de George Orwell e a teoria de Michel Foucault sobre o exercício de poder na Idade



Moderna, essa inquietação transmuta-se. Agora o medo. Medo de que a literatura distópica transforme-se em realidade totalitária e injusta. Percebe-se aqui que o poder do Grande Irmão é uma espécie de poder que une a violência do poder monárquico e os dispositivos da sociedade disciplinar. O primeiro através da violência que gera a desumanização do cidadão que vai de encontro às normalizações do Partido. O segundo porque o poder é exercido em cima dos corpos, tomando a forma mais sutil e eficiente dos dispositivos teorizados por Foucault. A vigilância apresenta-se em 1984 como uma das principais ferramentas do Grande Irmão, fazendo o seu poder onisciente e onipresente, assim como o filósofo francês teorizou. Em 1984, o Partido consegue desenvolver medidas e dispositivos práticos que permitem a sustentação e a ampliação do poder, instaurando o que Michel Foucault definiu como sociedade disciplinar.

Esse controle social que tem no poder a sua mão sobre a sociedade, age numa espécie de microfísica. Divide-se e espalha-se pela sociedade, agindo nos indivíduos através das instituições como a família, escola, hospitais, prisões, através das quais incute nos indivíduos as normas sociais num processo de normalização que gera padroniza comportamental e ideologicamente, além de manter a ordem estabelecida. Esse poder, entretanto, não é apenas imposto aos indivíduos, ele é aceito e reproduzido por eles.

No mundo contemporâneo, vê-se a disseminação cada vez maior de câmeras de segurança e dispositivos de vigilância que geram uma sensação de segurança nos indivíduos, mas não garantem a efetivação dessa segurança. Permite-se a entrada o Estado e outros poderes na privacidade os cidadãos, mas segurança não é efetiva.

Apesar de ter sido escrita em 1948, a obra de Orwell apresenta-se atual e possibilita a identificação na sociedade contemporânea de mecanismos de controle e poder semelhantes ao do Grande Irmão. Com o avanço da tecnologia e da mídia de massa o controle tomou novas formas, conforme indica Bauman. O panóptico passou então a ser realizado pelos próprios indivíduos sobre si e sobre os outros, sem a necessidade do olhar do Diretor de Foucault. A

monitoração eletrônica de condenados não representa um avanço nas formas de cumprimento de pena, mostra-se como mais um mecanismo do Estado para controle e vigilância do indivíduo, transformando os espaços por ele ocupados em instituições totais.

Romper com o controle imposto e questionar a ordem das coisas não é tarefa fácil. Para Winston, em sua revolução individual, foi impossível. Entretanto, conforme demonstrado aqui, superar o controle social e questionar os mecanismos de poder na sociedade é possível e uma das formas de fazê-lo é através da cultura.

A identidade cultural enquanto instância formadora do indivíduo e da sociedade é o que permite pensar em superação do controle. A conservação da memória coletiva que influencia diretamente a formação da identidade e da cultura do grupo social é um caminho. Através da memória, a lembrança do passado permanece viva no presente e ajuda a entender como os mecanismos funcionam expandindo o conhecimento acerca da própria história.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Míriam Coutinho de Faria. **O imaginário de direitos na Paixão segundo G.H de Clarice Lispector**. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 2012.

BAUMAN, Zygmunt; David Lyon. **Vigilância líquida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BEIRÃO, Nirlando. Totalitarismo: 1984 - 2017. **Carta Capital**, fev. 2017. Seção Sociedade. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/940/1984-2017>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 05 ago. 2018.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas**, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COELHO, Alessandro Manduco; GUIMARÃES, Amalu de Mello; SILVA, Giovana de Castro Barbosa da Silva. **DIREITO E DISTOPIA: UMA LEITURA DE "1984" DE GEORGE ORWELL**. In: Anais da VII Mostra de Pesquisa em Ciência e Tecnologia DeVry Brasil. Anais... BELÉM, CARUARU, FORTALEZA, JOÃO PESSOA, MANAUS, RECIFE, SALVADOR, SÃO LUÍS, SÃO PAULO, TERESINA: DEVRY BRASIL, 2016. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/viimostradevry/30092-DIREITO-E-DISTOPIA--UMA-LEITURA-DE-1984-DE-GEORGE-ORWELL>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Direitos Culturais no Brasil: dimensionamento e conceituação. In: Inês Virgínia Prado Soares; Sandra Cureau. (Org.). **Bens Culturais e Direitos Humanos**. 1ed.São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, v. 1, p. 27-35.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm)>. Acesso em: 05 ago. 2018.

DE MORAES, Pedro Rodolfo Bodê; BERLATTO, Fábila. **CONTROLE SOCIAL**.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 2015.

FERREIRA, Rafael Leopoldo Antonio dos Santos. VIGILÂNCIA LÍQUIDA: VARIAÇÕES SOBRE O PANOPTISMO. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 894-902, jan. 2016. ISSN 2177-6342. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/11261>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Organização e seleção de textos, Manuel Barros da Motta. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. 2.Ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 38. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. **O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault**. SUBJETIVIDADES, v. 16, p. 34-44, 2017.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HACHEM, Daniel Wunder; PIVETTA, Saulo Lindorfer. **A biopolítica em Giorgio Agamben e Michel Foucault: o Estado, a sociedade de segurança e a vida nua**. Revista direitos fundamentais & democracia (UniBrasil), v. 10, p. 340-361, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. **Teoria Crítica e Literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade**. Anuário de Literatura, v. 18, p. 201-215, 2013.

KARAM, Maria Lúcia. Monitoramento eletrônico: a sociedade do controle. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, ano 14, n. 170, p.4-5, jan. 2007.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Direito, técnica e distopia: uma leitura crítica. **Revista Direito GV**, v. 9, p. 345-366, 2013.

MORAIS, Erick. A verdade sobre o Big Brother por Orwell, Marx, Foucault e Bauman. **Justificando**, São Paulo, dez. 2015. Disponíveis em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/12/15/a-verdade-sobre-o-big-brother-por-orwell-marx-foucault-e-bauman/>>. Acesso em: 05 out. 2017.

MOREIRA, Elizabeth Huber; BARICHELO, Eugenia Mariano da Rocha. **A análise da vigilância de Foucault e sua aplicação na sociedade contemporânea**: estudo de aspectos da vigilância e sua relação com as novas tecnologias de comunicação. In Texto (UFRGS. Online) v. 33, p. 64-75, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/view/50075>> Acesso em: 06 dez. 2017.

OLIVO, Luis Carlos Cancellier de; MARTINEZ, Renato de Oliveira. Direito e Cinema: Repercussões no Ensino Jurídico. In: GALLUPPO, Marcelo Campos; RUIZ, Ivan Aparecido; TRINDADE, André Karam (coord.). (Org.). **Direito, arte e literatura**. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2013, v. , p. 185-203.

ORWELL, George. **1984**. Tradução de Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ORWELL, George. [Carta] 18 mai. 1944, Mortimer Crescent [para] WILLMETT, Noel. Porque escreveu 1984.

OSIKE, Desirrê Parzianello. **Relativismo linguístico em 1984 de George Orwell**. Curitiba, 2011. 52f. Monografia (Graduação). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

PAVLOSKI, Evanir. **1984 - A distopia do indivíduo sob controle**. 276 f. Dissertação (Metrado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, 2005.

CÁRCOVA, Carlos María; PRICE, Jorge E. Douglas; RUIZ, Alícia E. C. **La letra y la ley**: Estudios sobre derecho y literatura. 1ª ed. Buenos Aires: Infojus, 2014.

SABADELL, ANA LÚCIA. **Manual de Sociologia Jurídica**: Introdução a uma leitura externa do direito. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

SILVA, Lucas Fernandes de Souza. **O direito à memória visto pela leitura de 1984**. DIREITO UNIFACS, v. 210, p. 9, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SILVA, Waldimeiry Corrêa da; OLIVEIRA, Ilzver de Matos; MARQUES, Verônica Teixeira (Org.). **Direito e cinema: filmes para discutir conceitos, teorias e métodos**. Salvador: EDUFBA, 2014.

SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (Org). **Bens culturais e direitos humanos**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

SOUZA, Luis Antonio Francisco de. **Sociologia da Violência e do Controle Social**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 201.

SUTHERLAND, Edwin H. **Princípios de Criminologia**. Tradução de Asdrubal Mendes Gonçalves. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1949.

TAVARES, Débora Reis. **A revolta contra o totalitarismo em 1984 de George Orwell, a formação do herói degradado**. São Paulo, 2013. 141f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães; NETO, Alfredo Copetti. et al. (Org) **Direito & literatura: reflexões teóricas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

TRINDADE, Rafael. Foucault - Panóptico [ou, "A visibilidade é uma armadilha"]. **Razão Inadequada**, dez. 2014. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2014/12/03/foucault-panoptico-ou-a-visibilidade-e-uma-armadilha/>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

VIGILÂNCIA. **Michaelis**, 2018. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=&f=&t=&palavra=vigilancia>>. Acesso em 28 mar. 2018.

ZIMMER, Marco Vinício. **O Panóptico está superado?** Estudo etnográfico sobre a vigilância eletrônica. 2009. 138p. Tese (Doutorado em Administração), Faculdade de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.